



## 06 – RELATÓRIO DE GESTÃO

## RELATÓRIO DE GESTÃO – IGEPREV-TOCANTINS EXERCÍCIO 2018

### 1 – APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, e na Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS, por meio do presente Relatório de Gestão, apresenta ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, bem como à Controladoria Geral do Estado e ao Tribunal de Contas do Estado, os resultados de suas contas no exercício de 2017.

### 2 – BASE LEGAL DO INSTITUTO

A Reforma do Sistema Previdenciário Nacional foi instituída pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e aperfeiçoada pela Emenda Constitucional 41, de 31 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional 47, de 05 de julho de 2005.

Com a reforma do Sistema Previdenciário, objeto das Emendas Constitucionais acima mencionadas, cujas diretrizes foram estabelecidas pelas Leis Federais nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 10.887, de 18 de junho de 2004, o Estado do Tocantins adequou sua legislação previdenciária mediante edição dos seguintes atos normativos, de modo a ser o Gestor Único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins – RPPS-TO:

- Lei Complementar nº 36, de 28 de novembro de 2003;
- Lei nº 1.246, de 06 de setembro de 2001;
- Lei nº 1.324, de 17 de abril de 2002;
- Lei nº 1.345, de 29 de novembro de 2002;
- Lei nº 1.434, de 10 de fevereiro de 2004;
- Lei nº 1.435, de 11 de fevereiro de 2004;
- Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005;
- Lei nº 1.837, de 11 de outubro de 2007;
- Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008;
- Lei nº 3.149, de 11 de novembro de 2016;
- Lei nº 3.172, de 28 de dezembro de 2016.
- Decreto nº 1.663, de 20 de dezembro de 2002;
- Decreto nº 1.479, de 04 de abril de 2002;
- Decreto nº 1.984, 28 de janeiro de 2004;
- Decreto nº 1.996, de 11 de fevereiro de 2004;

A Lei nº 1.246/2001, que instituiu o RPPS-TO, estabeleceu que os recursos do IGEPREV-TOCANTINS constituem um patrimônio próprio desvinculado de



qualquer fundo estadual e que a gestão desses recursos fosse acompanhada pelo Conselho de Administração, executada pela Diretoria Executiva e fiscalizada pelo Conselho Fiscal. Para consolidar essa previsão legal foi editada a Lei Complementar nº 36, de 28 de novembro de 2003, que instituiu o Fundo de Previdência do Estado do Tocantins.

A Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, alterou a Lei nº 1.246/2001, especificamente para adequar as novas regras instituídas pela Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47/2005, de 5 de julho de 2005. Ressalta-se que a última alteração da Lei nº 1.614/2005 ocorreu recentemente por meio da Lei nº 3.172, de 28 de dezembro de 2016, contemplando o aperfeiçoamento das regras de concessão de benefícios.

A Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, foi editada com o objetivo de reorganizar a estrutura operacional do IGEPREV-TOCANTINS como Gestor do RPPS-TO, recompondo os Conselhos de Administração e Fiscal paritariamente, em cumprimento à legislação previdenciária federal. Essa Lei também foi alterada recentemente, por meio da Lei nº 3.149, de 11 de novembro de 2016, promovendo o ajuste dos procedimentos operacionais do Instituto às mudanças ocorridas nas legislações estadual e federal.

### **3 – MISSÃO DA INSTITUIÇÃO**

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS, na condição de Gestor Único do Regime Próprio de Previdência do Estado do Tocantins – RPPS-TO, tem como missão:

**“Gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins, maximizando seus ativos e assegurando os direitos previdenciários dos beneficiários”.**

Além disso, é importante destacar, também, a visão de futuro estabelecida pelo Instituto, demonstrando aonde a instituição quer chegar, qual seja:

**“Ser reconhecido pela excelência, celeridade e transparência na concessão de benefícios e na gestão do sistema previdenciário.”**

Assim, para cumprir sua missão institucional e alcançar sua visão de futuro foi elaborado o planejamento estratégico, onde foram estabelecidos objetivos estratégicos a serem observados por todos no desenvolvimento de suas atividades, de modo a tornar a gestão do IGEPREV-TOCANTINS mais eficiente e eficaz.



#### 4 – OBSERVÂNCIA À LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Todas as atividades executadas pelo IGEPREV-TO no exercício de 2018 foram norteadas pelos instrumentos de planejamento utilizados na Administração Pública, além de outras normas que norteiam os procedimentos de execução de receita e despesa, controle patrimonial e operacional, registro contábil e de responsabilidades, conforme identificado abaixo:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
- Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;
- Lei Plano Plurianual nº 3.051, de 21 de dezembro de 2015;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 3.309, de 15 de dezembro 2017;
- Lei Orçamentária nº 3.344, de 28 de dezembro de 2017;
- Decreto Execução Orçamentária nº 5.779, de 05 de fevereiro 2018.
- Portaria Federal MPS nº 509, de 12 de dezembro de 2013.

É importante destacar que a execução orçamentário-financeira procurou obedecer ao que foi estabelecido na Lei Orçamentária Anual - LOA, ou seja, o que foi autorizado de recursos previdenciários.

Com relação aos recursos ordinários, houve suplementação no montante de R\$ 198.713,00 (cento e noventa e oito mil e setecentos e treze reais) para cobrir despesas com benefícios assistenciais a inativos que devem ser pagos com recursos do Tesouro Estadual, passando de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) - orçamento inicial, para R\$ 698.713,00 (seiscientos e noventa e oito mil e setecentos e treze reais), o qual foi utilizado 100%, bem como uma suplementação de 10.000.000,00 (dez milhões de reais), através de transposição da UG 248400 Fundo Previdenciário e remanejada para UG 248300 Fundo Financeiro.

Entretanto, como todo planejamento passa por adequações durante sua execução, houve movimentação de recursos entre as ações e dentro de uma mesma ação, visando atender necessidades que foram aumentadas ou diminuídas ou, ainda, surgidas no decorrer do desenvolvimento das atividades, o que causou pequena alteração no orçamento inicialmente autorizado, conforme demonstrado no quadro a seguir, em suas respectivas UG:

### FUNDO FINANCEIRO – UG 248300

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Orçamento Inicial	1.061.730.000,00	-
Transposição	7.635.000,00	0,72
Transferência	28.126.000,00	1,77
( - ) Reduções de realocações	- 35.761.000,00	2,65
( - ) Reduções	0,00	0,00
Remanejamento	10.198.713,00	0,96
<b>TOTAL</b>	<b>1.071.928.713,00</b>	<b>100,96</b>

Fonte: Anexo 11 – Siafe Tocantins

### FUNDO PREVIDENCIÁRIO – UG 248400

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Orçamento Inicial	561.794.115,00	-
Transposição UG 248300	10.000.000,00	1,78
Transferência	550.000,00	0,10
( - ) Reduções de realocações	- 10.550.000,00	1,88
( - ) Reduções	0,00	0,00
Remanejamento	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>551.794.115,00</b>	<b>98,22</b>

Fonte: Anexo 11 – Siafe Tocantins

### 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE DE RECURSOS

No exercício de 2018 foi autorizado para IGEPREV-TOCANTINS, valores consolidados, o orçamento de R\$ 1.623.722.828,00 (hum bilhão, seiscentos e vinte e três milhões, setecentos e vinte e dois mil, oitocentos e vinte e oito reais). Deste total, R\$ 1.623.024.115,00 está registrado na fonte 0241 – Recursos Previdenciários, que é a principal fonte de receitas do Instituto, e apenas R\$ 698.713,00 na fonte 100 – Recursos Ordinários, destinados ao pagamento de benefícios assistenciais a inativos pelo Tesouro Estadual (Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral).

Do montante autorizado, o Instituto executou 64,76%, ou seja, o valor de R\$ 1.051.540.785,04 (hum bilhão, cinquenta e um milhões, quinhentos e quarenta mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos). Do total executado, R\$ 1.050.798.620,35 (99,93%) foram gastos com despesas correntes e R\$ 742.164,69 (0,07%) com despesas de capital.

No comparativo da utilização dos recursos autorizados em relação aos recursos executados, dentro de cada categoria econômica, as despesas correntes equivalem 98,94% (R\$ 1.050.798.620,35) e as despesas de capital a 37,20% (R\$ 742.164,69).

Para a Reserva de Contingência foi destinado no orçamento inicial o montante de R\$ 569.692.075,00 (quinhentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e noventa e dois mil e setenta e cinco reais), valor este consolidado, cuja finalidade é atender as necessidades de suplementação das dotações iniciais que se tornarem insuficientes e não tiverem outras fontes de recursos. Deste montante, houve necessidade de utilização de apenas R\$ 19.990.000,00 (3,51% do total da Reserva), restando o saldo de R\$ 549.702.075,00.

#### FUNDO FINANCEIRO – UG 248300

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%	SALDO
Despesas Correntes	1.059.933.713,00	1.049.392.509,81	99,01	10.541.203,19
Despesas de Capital	1.995.000,00	742.164,69	37,20	1.252.835,31
Reserva do RPPS	10.000.000,00	0,00	-	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.071.928.713,00</b>	<b>1.050.134.674,50</b>	<b>97,97</b>	<b>21.794.038,50</b>

Fonte: Anexo 02 (Lei nº 4.320/64)

#### FUNDO PREVIDENCIÁRIO – UG 248400

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%	SALDO
Despesas Correntes	2.102.040,00	1.406.110,54	66,89	695.929,46
Despesas de Capital	-	-	-	0,00
Reserva do RPPS	549.692.075,00	0,00	-	549.692.075,00
<b>TOTAL</b>	<b>551.794.115,00</b>	<b>1.406.110,54</b>	<b>00,25</b>	<b>550.388.004,46</b>

Fonte: Anexo 02 (Lei Federal nº 4.320/64)

#### FUNDO FINANCEIRO – UG 248300

FONTES DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%	BLOQUEIO DE CRÉDITOS	SALDO
0241 Recursos Previdenciários	1.071.230.000,00	1.049.435.962,09	97,97	14.590.000,00	7.204.037,91
0100 Recursos Ordinários	698.713,00	698.712,41	100		0,59
<b>TOTAL</b>	<b>1.071.928.713,00</b>	<b>1.050.134.674,50</b>	<b>97,97</b>	<b>14.590.000,00</b>	<b>7.204.038,50</b>

Fonte: Anexo 11 por fonte reduzida (Lei Federal nº 4.320/64)



Vale ressaltar que o valor de R\$ 14.590.000,00, que se encontra na situação de bloqueio de créditos, refere-se a uma solicitação de crédito ocorrida no final do exercício – 2018, no entanto, os procedimentos de remanejamento não foram concluídos, ou seja, houve o bloqueio do crédito da ação orçamentária, mas não ocorreu a destinação para ação orçamentária, portanto, não foi executada.

#### FUNDO PREVIDENCIÁRIO – UG 248400

FONTES DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%	SALDO
0241 Recursos Previdenciários	551.794.115,00	1.406.110,54	0,25	550.388.004,46
<b>TOTAL</b>	<b>551.794.115,00</b>	<b>1.406.110,54</b>	<b>00,25</b>	<b>550.388.004,46</b>

Fonte: Anexo 11 por fonte reduzida (Lei Federal nº 4.320/64)

#### 6 – EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPA

As atribuições deste Instituto quanto à Gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins – RPPS-TO foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa **Manutenção e Gestão do Poder Executivo**, que contribuíram significativamente para o cumprimento da sua finalidade.

Para esse programa foi autorizado recursos da ordem de R\$ 1.623.722.828,00, sendo o valor de R\$ 1.071.928.713,00 (Fundo Financeiro – UG 248300) e R\$ 551.794.115,00 (Fundo Previdenciário), com execução de 64,76% valor este de R\$ 1.051.540.785,04, conforme demonstrado no relatório de acompanhamento do PPA que serão apresentados a seguir.





RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores responsáveis pelo Planejamento e Orçamento e pelo Programa de Gestão e Manutenção do Instituto de Gestão Previdenciária e respectivas Ações Orçamentárias contidas na Lei nº 3.343, de 28 de dezembro de 2017, na forma estabelecida no Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 691, de 1º de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA  
Presidente

## ANEXO ÚNICO À PORTARIA N° 633/2018

Unidade Orçamentária 248300 - Fundo Financeiro - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV				
	Servidor Responsável	Matrícula	Cargo	
Planejamento e Orçamento	Titular: Cristiane Gabara de Oliveira	11541920-1	Assessor Técnico e de Planejamento	
	Suplente: Aldo Cazar Gianini Godoy	11563214-2	Assessor de Planejamento	
Programa: 1100 Manutenção do Instituto de Gestão Previdenciária				
Nº	Programa	Servidor Responsável	Matrícula	Cargo
1100	Manutenção do Instituto de Gestão Previdenciária	Titular: Eunice Pereira da Cunha	292579-3	Diretor de Administração e Finanças
		Suplente: Hidelbrando Bras da Silva Reis	11473770-1	Diretor de Previdência
3068	Reestruturação e Aparelhamento da Sede do IGEPREV	Titular: Julio Soares Lacerda	988318-8	Gerente de Apoio Administrativo
		Suplente: José Umbelino Pires Pereira Neto	294588-2	Engenheiro
4186	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	Titular: Julio Soares Lacerda	988318-8	Gerente de Apoio Administrativo
		Suplente: Lusinaldo Silva de Sousa	11459654-1	Gestor Público
4213	Manutenção de Recursos Humanos	Titular: Graziela Pereira Turibio	810141-5	Gerente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
		Suplente: Rossana Maria Vasconcelos Lopes	603731-1	Assistente Administrativo
3083	Realização de concurso público	Titular: Rossana Maria Vasconcelos Lopes	603731-1	Assistente Administrativo
		Suplente: Graziela Pereira Turibio	810141-5	Gerente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
4306	Pagamento Precatários Previdenciários	Titular: Arianda Nepomuceno Lima de Oliveira	11543159-1	Assessor Jurídico
		Suplente: Talyson Bispo Marinho	11183365-2	Assessor Especial
4179	Promoção de eventos de capacitação de servidores	Titular: Graziela Pereira Turibio	810141-5	Gerente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
		Suplente: Rossana Maria Vasconcelos Lopes	603731-1	Assistente Administrativo
4206	Divulgação das Ações do IGEPREV	Titular: Renata Andre Vieira Alves Dourado	817202-3	Analista de Comunicação Social
		Suplente: Morgana Taise	34104-5	Repórter Fotográfico
4209	Elaboração de Estudos Previdenciários	Titular: Odilce Soares do Nascimento	674841-2	Assessor Especial XII
		Suplente: Julio Cesar Medeiros Lima	56252-5	Gerente de Produtos Estruturados
4271	Ação Orçamentária	Titular: Norbéquio das Chagas Alves	799443-2	Gerente de Folha de Pagamento de Inativos
		Suplente: Ione Lira Sousa Cavalcante	643248-1	Gerente de Concessão e Revisão de Benefícios
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável	Matrícula	Cargo

9004	Reserva Previdenciária do RPPS-T0	Titular:	Pedro Pinto de Oliveira	274516-1	Gerente de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	
		Suplente:	Edesimar Nunes Reis	640193-2	Assistente Administrativo	
Unidade Orçamentária 248400 - Fundo Previdenciário - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV						
Programa: 1100 Manutenção do Instituto de Gestão Previdenciária		Servidor Responsável	Matrícula	Cargo		
4270	Pagamento de Benefícios Previdenciários	Titular: Norbéquio das Chagas Alves	799443-2		Gerente de Folha de Pagamento de Inativos	
		Suplente: Ione Lira Sousa Cavalcante	643248-1		Gerente de Concessão e Revisão de Benefícios	
9001	Reserva Previdenciária do RPPS-T0	Titular:	Pedro Pinto de Oliveira	274516-1	Gerente de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	
		Suplente:	Edesimar Nunes Reis	640193-2	Assistente Administrativo	

## RURALTINS

## PORTARIA N° 167/2018 - GABPRES

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS - RURALTINS, no uso de suas atribuições legais, pela competência que lhe fora atribuída pelo Ato nº 625 - NM, de 24 de abril de 2018, publicado no DOE nº 5.098, de 24 de abril de 2018, e consonte o disposto no art. 35, §1º, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

Art. 1º REMOVER a pedido,

GERMANA ALMEIDA CASAS MOURÃO, nº funcional 11463821/1, CPF nº 029.054.951-54, ocupante do cargo efetivo de Extensionista Rural, da Unidade Local de Execução de Serviços de Colinas, para a Delegacia Regional de Apoio de Araguaína, a partir de 22.05.2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS - RURALTINS, em Palmas, aos 22 dias do mês de maio de 2018.

SEBASTIÃO PELIZARI JUNIOR  
Presidente

## UNITINS

## PORTARIA/UNITINS/GRE/N° 222, DE 22 DE MAIO DE 2018.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o ATO n. 579 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.095, de 19 de abril de 2018 e na conformidade do artigo 10, III, do Estatuto desta Universidade,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a PORTARIA/UNITINS/GRE/Nº 216/2018, de 21 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, edição nº. 5.116, de 21 de maio de 2018, que trata da nomeação de servidores, somente na parte em que se especifica:

Onde se lê:

11. CLEBER FERREIRA GUIMARÃES, Assessor Especial - AEU-7, junto à Pró-Reitoria de Extensão, a partir de 22 de maio de 2018;

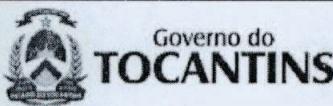
Leia-se:

11. CLEBER FERREIRA GUIMARÃES, Assessor Especial - AEU-7, junto à Pró-Reitoria de Administração e Finanças, a partir de 22 de maio de 2018;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 22 dias do mês de maio de 2018.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS  
Reitor

**Instituto de Previdência do Estado do Tocantins - IGEPREV****Unidade Gestora:**

24830	Fundo Financeiro
-------	------------------

**Programa:**

1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo
------	--

**Ação:**

4179	Promoção de Eventos de Capacitação de Servidores
------	--

**Orcamento - 12/2018:**

Org. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
460.000,00	-200.000	260.000,00	52.539,84	52.123,86	52.123,86	207.460,16	20,20	20,04	20,04

Recursos Previdenciários				0241					
Org. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
460.000,00	-200.000,00	260.000,00	52.539,84	52.123,86	52.123,86	207.460,16	20,20	20,04	20,04

**Detalhamento:**

Classificação			Orçamento - 12/2018								Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A	
09.128.1100	33.90.14	0241	40.000,00	0,00	40.000,00	5.479,50	5.479,50	5.479,50	34.520,50	13,69	13	13	
09.128.1100	33.90.18	0241	55.000,00	0,00	55.000,00	9.533,40	9.117,42	9.117,42	45.466,60	17,33	16	16	
09.128.1100	33.90.30	0241	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0	0	
09.128.1100	33.90.33	0241	40.000,00	0,00	40.000,00	4.363,94	4.363,94	4.363,94	35.636,06	10,90	10	10	
09.128.1100	33.90.36	0241	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0	0	
09.128.1100	33.90.39	0241	300.000,00	-200.000,00	100.000,00	33.163,00	33.163,00	33.163,00	66.837,00	33,16	33	33	
09.128.1100	33.90.47	0241	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0	0	

**Meta Física:**

2016 150	2017 155	2018 5	2019 0	Unidade Unidade	Sigla un
-------------	-------------	-----------	-----------	--------------------	-------------

**Referência:**

Ano 2018	Período 3º Quadrimestre	Meta do Ano (2018) 5	Execução 3	% Execução 60,00	Estágio
-------------	----------------------------	-------------------------	---------------	---------------------	---------

**Análise:**

Foi previsto para esta ação 5 (cinco) eventos de capacitação de servidores, das quais foram executadas 3 (três) no decorrer do exercício, tais como: Realização do curso Prático e-Social no Setor Público, no valor de R\$ 27.030,00 (vinte e sete mil e trinta reais), sendo capacitados neste curso 27 (vinte e sete) servidores; no curso de Solvência e Equacionamento de Déficit de RPPS foram 4 (quatro) servidores, no valor de R\$ 5.652,00 (cinco mil seiscentos e cinquenta e dois reais); inscrição no 30º Seminário de Previdência Social - ABIPEM valor de R\$ 481,00 (quatrocentos e oitenta e um reais). Cabe informar que foi encerrado dentro do exercício 3 (três) auxílios de Pós Graduação, concedidos no ano de 2017, restando 2 (dois) auxílios de Pós nos cursos de Direito do Trabalho e Previdenciário e Direito Processual Civil, totalizando o valor de R\$ 9.533,40 (nove mil quinhentos e trinta e três reais e quarenta centavos).

Vale destacar, que houve gastos com diárias civil no valor de R\$ 5.479,50 (cinco mil quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos) e com passagens e despesa com locomoção no valor de R\$ 4.363,94 (quatro mil trezentos e sessenta e três reais e noventa e quatro centavos), para realização das capacitações ABIPEM e Solvência e Equacionamento de Déficit de RPPS, num, total de 5 servidores, conforme citados anteriormente.

É importante demonstrar que alem das capacitações citadas acima, este Instituto capacitou servidores em parcerias com a Secretaria do Planejamento – SEPLAN, nos cursos de: Previdência Social dos Servidores Públicos Regime Próprio e Regime de Previdência, 11 (onze servidores); no curso de Gestão por Competências, parceria Primus/Governo do Estado do Tocantins - Secretaria do Planejamento – SEPLAN, 01 (um) servidor; no curso de Gestão Estratégica com uso do BSC oferecido pelo Governo do Estado 02 (dois) servidores; no curso de Gestão com Foco em Resultados - Indicadores de Desempenho - Governo do Estado 02 (dois) servidores; no curso de Gerenciamento de Projetos - Governo do Estado 03 (três) servidores. Todos os cursos retrocitados, em parceria com outros Órgãos do Estado, não geraram custos para o IGEPREV.

Houve uma transposição desta ação para a ação Pagamento de Benefícios Previdenciários – 4271, no valor de R\$ 200.000,00, em virtude da falta de orçamento para pagamento de aposentadorias da referida ação.

**Assinatura**

Rossana Maria Vasconcelos Lopes  
Assistente Administrativo  
Mat.: 603731-1  
IGEPREV-TO



## Instituto de Previdência do Estado do Tocantins - IGEPEV



## Unidade Gestora:

24830	Fundo Financeiro
-------	------------------

## Programa:

1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo
------	--

## Ação:

4209	Elaboração de Estudos Previdenciários
------	---------------------------------------

## Orçamento - 12/2018:

Org. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
1.000.000,00	-900.000	100.000,00	89.347,00	89.347,00	89.347,00	10.653,00	89,34	89,34	89,34

Recursos Previdenciários			0241						
Org. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.000.000,00	-900.000,00	100.000,00	89.347,00	89.347,00	89.347,00	10.653,00	89,34	89,34	89,34

## Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	33.90.35	0241	1.000.000,00	-900.000,00	100.000,00	89.347,00	89.347,00	89.347,00	10.653,00	89,34	89	89

## Meta Física:

2016 3	2017 3	2018 3	2019 0	Unidade Unidade	Sigla un
-----------	-----------	-----------	-----------	--------------------	-------------

## Referência:

Ano 2018	Período 3º Quadrimestre	Meta do Ano (2018) 3	Execução 1	% Execução 33,33	Estágio
-------------	----------------------------	-------------------------	---------------	---------------------	---------

## Análise:

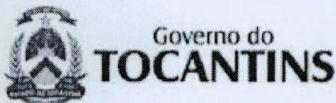
Para esta ação foram previstos 03(três) estudos de consultorias, um na área Administrativa, outro no setor de Investimentos e o cálculo atuarial, o qual, além de servir como referência para tomada de decisões e aperfeiçoamento da gestão previdenciária, é também uma exigência da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. Contudo, foi realizado apenas a Consultoria para realização do cálculo atuarial 2018, através da contratação da empresa Exactus Ltda, no valor de R\$ 89.347,00. Os outros estudos previstos, não foram realizados ainda, devido à não elaboração de projeto técnico para subsidiar a contratação de eventuais consultorias. Outrossim, o estudo de reavaliação atuarial previdenciária, no qual visualiza a situação financeira e atuarial em um universo futuro de todos segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado Tocantins - RPPS – TOCANTINS, conseguiu subsidiar de forma eficiente a administração deste Instituto.

Por necessidade de orçamento para pagamento de benefícios de aposentadorias do RPPS – Ação 4271, foi realizada uma transposição no valor de R\$ 900.000,00 para aquela ação, não causando nenhum prejuízo, pois a ação gerou um dos produtos almejados.

## Assinatura

Responsável - Ação

Odirce Soares do Nascimento  
CRC-TO 0022870-4  
Mat.: 556.191-2



## Instituto de Previdência do Estado do Tocantins - IGEPREV



## Unidade Gestora:

24830	Fundo Financeiro
-------	------------------

## Programa:

1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo
------	--

## Ação:

3083	Realização de Concurso Público
------	--------------------------------

## Orçamento - 12/2018:

Orc. Inicial 240.000,00	Alterações -235.000	Autorizado 5.000,00	Empenhado 0,00	Liquidado 0,00	Pago 0,00	Saldo 5.000,00	% E/A 0,00	% L/A 0,00	% P/A 0,00
----------------------------	------------------------	------------------------	-------------------	-------------------	--------------	-------------------	---------------	---------------	---------------

Recursos Previdenciários					0241				
Orc. Inicial 240.000,00	Alterações -235.000,00	Autorizado 5.000,00	Empenhado 0,00	Liquidado 0,00	Pago 0,00	Saldo final 5.000,00	% E/A 0,00	% L/A 0,00	% P/A 0,00

## Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018								Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A	
09.122.1100	33.90.39	0241	240.000,00	-235.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0	0	

## Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
		1		Unidade	un

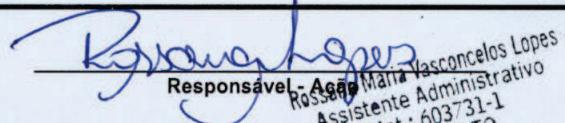
## Referência:

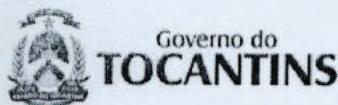
Ano 2018	Período 3º Quadrimestre	Meta do Ano (2018) 1	Execução 0	% Execução 0,00	Estágio
-------------	----------------------------	-------------------------	---------------	--------------------	---------

## Análise:

A ação não foi executada, tendo em vista que o anteprojeto de criação do quadro próprio do IGEPREV foi encaminhado para análise e aprovação do Conselho de Administração do IGEPREV, contudo, em função da não nomeação dos novos conselheiros, o anteprojeto não foi avaliado.
Houve uma transposição desta ação para a ação Pagamento de Benefícios Previdenciários – 4271, no valor de R\$ 235.000,00, em virtude da falta de orçamento para pagamento de aposentadorias da referida ação.

## Assinatura

  
 Responsável - Rossana Maria Vasconcelos Lopes  
 Assistente Administrativo  
 Mat.: 603731-1  
 IGEPREV-TO



### Instituto de Previdência do Estado do Tocantins - IGEPREV

Unidade Gestora:

24830	Fundo Financeiro
-------	------------------

Programa:

1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo
------	--

Ação:

4206	Divulgação das Ações do Igeprev
------	---------------------------------

Orçamento - 12/2018:

Orc. Inicial 607.094,00	Alterações 0	Autorizado 607.094,00	Empenhado 0,00	Liquidado 0,00	Pago 0,00	Saldo 607.094,00	% E/A 0,00	% L/A 0,00	% P/A 0,00
----------------------------	-----------------	--------------------------	-------------------	-------------------	--------------	---------------------	---------------	---------------	---------------

Recursos Previdenciários					0241					
Orc. Inicial 607.094,00	Alterações 0,00	Autorizado 607.094,00	Empenhado 0,00	Liquidado 0,00	Pago 0,00	Saldo final 607.094,00	% E/A 0,00	% L/A 0,00	% P/A 0,00	

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018								Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A	
09.131.1100	33.90.39	0241	607.094,00	0,00	607.094,00	0,00	0,00	0,00	607.094,00	0,00	0	0	

Meta Física:

2016 5	2017 5	2018 6	2019 6	Unidade Unidade	Sigla un
-----------	-----------	-----------	-----------	--------------------	-------------

Referência:

Ano 2018	Período 3º Quadrimestre	Meta do Ano (2018) 6	Execução 0	% Execução 0,00	Estágio
-------------	----------------------------	-------------------------	---------------	--------------------	---------

Análise:

Para o exercício de 2018, as metas estabelecidas, envolvendo orçamento financeiro, não foram executadas, sendo iniciados apenas 2 (dois) projetos, para serem finalizados no próximo exercício. Isso se deu em função dos dois pleitos eleitorais no Estado do Tocantins, onde, por orientação da Secretaria da Comunicação, foram suspensas as ações de divulgação, produção e eventos. Ainda, em função da mudança de gestores deste Instituto, novas adequações foram necessárias nas atividades preexistentes.

**Minuto Previdência** - foram feitas gravações de vídeo com os nossos técnicos previdenciários abordando temas sobre previdência e construção de material como vídeos e áudios para TV e Radio. O material audiovisual ainda segue em fase de conclusão, pois algumas ações deste projeto dependem de recursos físicos, além do financeiro, que garantem o andamento do material produzido.

**Informativos Previdenciários** - criação do material gráfico/impresso, banners e cartazes, assim como, criação do layout para três peças sobre serviços de informação ao segurado. Esse material consiste em orientações para impressão de contracheque e emissão de AIC de forma simplificada para diminuir gastos com impressão dentro do instituto e facilitar o acesso direto do segurado a informações pessoais financeiras.

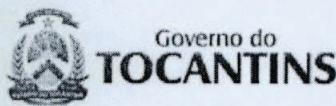
Ainda, foi realizada a readequação do Portal do Segurado com repaginação de conteúdos do site para melhor compreensão do usuário e para atender a Portaria Nº 001, de 08 de janeiro de 2018, que consiste na obrigação de garantir o direito fundamental de acesso à informação apontado pelo Tribunal de Contas do Estado.

Igualmente, foram realizadas importantes ações para os servidores ativos e segurados do Estado, que refletem diretamente no bem estar comum dos usuários, bem como: palestras motivacionais, "outubro Rosa" com palestras sobre saúde emocional da mulher e tolerância; "novembro Azul" realizada palestra sobre a saúde masculina, assim como, a celebração da parceria entre o Instituto e o Hospital de Amor do Tocantins, em Palmas.

Portanto, embora não tenha sido usado o recurso financeiro autorizado no orçamento, foram efetuadas ações visando divulgar o trabalho que está sendo desempenhado no IGEPREV, tanto para o público externo, quanto para o público interno.

Assinatura

  
 Renata Dantas  
 Responsável - Ação  
 Mat.: 817202-3  
 IGEPREV-TO



## Instituto de Previdência do Estado do Tocantins - IGEPREV



## Unidade Gestora:

24830	Fundo Financeiro
-------	------------------

## Programa:

1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo
------	--

## Ação:

3068	Reestruturação e Aparelhamento Unidades do Igeprev
------	--

## Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
1.703.000,00	-300.000	1.403.000,00	505.601,69	479.906,69	479.906,69	897.398,31	36,03	34,20	34,20

Recursos Previdenciários				0241					
Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.703.000,00	-300.000,00	1.403.000,00	505.601,69	479.906,69	479.906,69	897.398,31	36,03	34,20	34,20

## Detalhamento:

Classificação		Orçamento - 12/2018								Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.122.1100	44.90.51	0241	1.453.000,00	-300.000,00	1.153.000,00	425.866,36	400.171,36	400.171,36	727.133,64	36,93	34	34
09.122.1100	44.90.52	0241	250.000,00	0,00	250.000,00	79.735,33	79.735,33	79.735,33	170.264,67	31,89	31	31

## Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	1	2	0	Unidade	un

## Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução	Estágio
2018	3º Quadrimestre	2	1	50,00	

## Análise:

Conforme previsto para o exercício de 2018, foi realizada a reforma do imóvel pertencente a este Instituto situado na cidade de Araguaína/TO, pela empresa JRV Construtora LTDA – EPP, no valor total de R\$ 400.171,36 (quatrocentos mil cento e setenta e um reais e trinta e seis centavos). A referida reforma foi concluída e os serviços realizados foram pagos no exercício de 2018.

O processo destinado ao aparelhamento do auditório, com equipamentos audiovisuais, foi concluído, os equipamentos entregues, instalados e já em uso, possibilitando a adequada utilização do ambiente. O valor dos equipamentos adquiridos nesta ação foi de R\$ 79.475,33 (setenta e nove mil quatrocentos e eitenta e cinco reais e trinta e três centavos).

Outro objetivo previsto nesta ação era a instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica, visando atender a atual legislação municipal e a redução de custo com energia elétrica para o IGEPREV, sendo o valor total estimado do investimento de R\$ 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil reais) na atualidade, porém, não houve tempo hábil para realização de licitação tendo em vista a necessidade de realização de estudos que demonstrem de forma precisa as vantagens da instalação do referido sistema, as especificações técnicas, o memorial descritivo, o cronograma e demais serviços a serem realizados.

Por se tratar de serviço especializado, e depois da regular instrução do processo administrativo foi contratada a Empresa Luma Engenharia Ltda para desenvolvimento dos projetos, valor da contratação R\$ 7.895,00 (sete mil oitocentos e noventa e cinco reais). Dessa forma, a ação foi realizada parcialmente, pois a instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica representava mais de 50% do orçamento previsto para ação.

Em razão da rede elétrica do Instituto ter apresentado oscilações, inclusive danificando equipamentos a exemplo dos switches instalados na sala do servidor de rede, para fins de segurança das instalações e equipamentos deste Órgão, foi realizado a contratação da empresa Kontactec Instalações e Montagens Ltda – ME para realização de estudo e apresentação de diagnóstico detalhado do sistema elétrico de baixa tensão, da rede de energia estabilizada, do sistema de proteção contra descargas atmosféricas e do sistema de aterramento do Prédio. Contudo, devido à complexidade dos estudos a serem apresentados e considerando que o processo destinado à contratação de empresa especializada ocorreu em setembro de 2018, as devidas providências para correção de possível falha no circuito elétrico serão continuadas no próximo exercício financeiro.

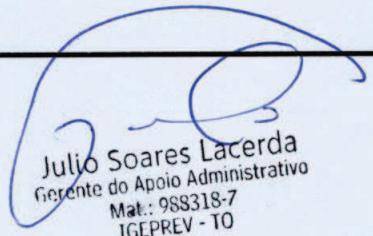
A única movimentação orçamentária ocorrida na ação Reestruturação e Aparelhamento Unidades do IGEPREV/TO foi a transposição no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), devido a necessidade de suplementação na ação de Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - 3186, natureza de despesa "Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica". O cancelamento do referido valor se deu na natureza de despesa "Obras e Instalações" sendo que este ajuste não causou qualquer impacto orçamentário nas atividades previstas.

Assinatura

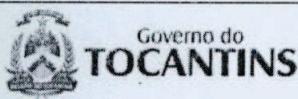
---

Responsável - Ação

---

  
Julio Soares Lacerda  
Gerente do Apoio Administrativo  
Mat.: 988318-7  
IGEPREV - TO



**Fundo Financeiro****Unidade Gestora:**

24830

Fundo Financeiro

**Programa:**

1100

Manutenção e Gestão do Poder Executivo

**Ação:**

4186

Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativo Gerais

**Orçamento - 12/2018:**

Orç. Inicial 6.564.370,00	Alterações 300.000	Autorizado 6.864.370,00	Empenhado 5.573.518,22	Liquidado 4.644.663,87	Pago 4.641.677,09	Saldo 1.290.851,78	% E/A 81,19	% L/A 67,66	% P/A 67,61
------------------------------	-----------------------	----------------------------	---------------------------	---------------------------	----------------------	-----------------------	----------------	----------------	----------------

**Recursos Previdenciários**

0241

Orç. Inicial 6.564.370,00	Alterações 300.000,00	Autorizado 6.864.370,00	Empenhado 5.573.518,22	Liquidado 4.644.663,87	Pago 4.641.677,09	Saldo final 1.290.851,78	% E/A 81,19	% L/A 67,66	% P/A 67,61
------------------------------	--------------------------	----------------------------	---------------------------	---------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------	----------------

**Detalhamento:**

Classificação			Orçamento - 12/2018								Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A	
09.122.1100	33.90.08	0241	0,00	8.000,00	8.000,00	3.816,00	3.816,00	3.816,00	4.184,00	47,70	47	47	
09.122.1100	33.90.10	0241	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0	
09.122.1100	33.90.14	0241	60.000,00	0,00	60.000,00	19.520,25	19.520,25	19.520,25	40.479,75	32,53	32	32	
09.122.1100	33.90.30	0241	280.000,00	0,00	280.000,00	117.730,92	105.231,92	104.551,92	162.269,08	42,04	37	37	
09.122.1100	33.90.33	0241	100.000,00	0,00	100.000,00	58.055,58	42.528,34	42.528,34	41.944,42	58,05	42	42	
09.122.1100	33.90.36	0241	10.000,00	-5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0	0	
09.122.1100	33.90.37	0241	690.000,00	0,00	690.000,00	675.955,80	613.012,08	611.466,92	14.044,20	97,96	88	88	
09.122.1100	33.90.39	0241	4.946.620,00	82.000,00	5.028.620,00	4.414.028,20	3.713.248,86	3.712.498,86	614.591,80	87,77	73	73	
09.122.1100	33.90.47	0241	10.750,00	0,00	10.750,00	4.500,59	4.500,59	4.500,59	6.249,41	41,86	41	41	
09.122.1100	33.90.48	0241	20.000,00	18.000,00	38.000,00	35.501,05	30.229,00	30.217,38	2.498,95	93,42	79	79	
09.122.1100	33.90.91	0241	20.000,00	0,00	20.000,00	7.846,83	7.846,83	7.846,83	12.153,17	39,23	39	39	
09.122.1100	33.90.92	0241	15.000,00	-3.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0	0	
09.122.1100	33.90.93	0241	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0	
09.122.1100	44.90.52	0241	392.000,00	200.000,00	592.000,00	236.563,00	104.730,00	104.730,00	355.437,00	39,95	17	17	

**Referência**

Ano 2018	Período 3o Quadrimestre	Estágio Concluída
-------------	----------------------------	----------------------

**Análise:**

Esta ação o orçamento previsto foi utilizado de forma racional e eficiente, com resultado bastante satisfatório, cumprindo com o proposto para o qual ela se destina e obtendo-se todos os objetivos esperados.

Por se tratar de uma ação voltada a atender todas as despesas administrativas da Instituição, agrupando neste exercício, inclusive, despesas com transporte e informática, assim, podemos observar que ação foi executada com êxito, levando-se em conta que das contratações previstas para exercício financeiro de 2018, foi empenhado R\$ 5.573.518,22 de um total autorizado para esta ação de 6.864.370,00.

As principais despesas realizadas nesta ação foram: **locação de mão-de-obra**, (relativas a serviços de limpeza e vigilância armada) no valor de R\$ 675.955,80; **contratação de serviços de pessoa jurídica** (energia elétrica, água e esgoto, serviços postais, telecomunicação, vigilância monitorada, telefonia fixa e móvel, licença de software, serviços bancários, serviços gráficos, cópias e reprodução de documentos, manutenção de veículos) no valor total empenhado de R\$ 4.414.028,82, sendo que desse valor R\$ 3.712.498,86 foi pago durante o exercício de 2018, e a diferença inscrita em restos a pagar por se tratar de obrigações que foram cumpridas durante o mês de dezembro. Ressaltamos que desse total pago, com despesas de **pessoa jurídica** R\$ 1.937.272,44 foram utilizados no serviço de digitalização do acervo deste Instituto de Previdência.

Atualmente todos os servidores do setor de arquivo utilizam esta tecnologia, onde o Instituto foi beneficiado pela maximização da produtividade dos colaboradores, a modernização do trâmite processual, a redução na produção de fotocópias, organização e gerenciamento do acervo documental de forma mais eficiente, melhor aproveitamento do espaço físico e maior controle dos documentos.

Todos esses benefícios promoveram a celeridade e eficiência no acesso às informações entre os departamentos do Instituto e os segurados, assim, todo o público que busca atendimento no IGEPREV/TO foi beneficiado.

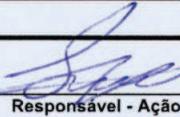
**As despesas com materiais de consumo do Órgão** (a exemplo de combustível, material de expediente, processamento de dados, conservação de bens imóveis, material de áudio e vídeo, entre outros), totalizaram R\$ 117.730,92, valor este empenhado, sendo pago um total de R\$ 105.231,92 e em atendimento a legislação vigente a diferença, inscrita em restos a pagar.

Outras despesas mantidas por esta ação são aquelas com passagens aéreas R\$ 58.055,58, **pagamento de Auxílio Financeiro aos servidores do Programa É Prá Já**, no valor de R\$ 35.501,05 e diárias R\$ 19.520,25, valores estes pagos durante o exercício financeiro de 2018.

Nesta ação, também foi efetivada a aquisição de bens móveis, sendo um veículo para atender, em especial, as necessidades do Gabinete do Instituto, a aquisição de 8 (oito) bebedouros, 65 (sessenta e cinco) monitores e 34 (trinta e quatro) scanners, com um total dessa natureza de despesa de R\$ 236.563,00.

A principal movimentação orçamentária ocorrida nesta ação foi a transposição no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), devido a necessidade de complementação orçamentária na natureza de despesa "Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica". O referido valor foi cancelado da ação Reestruturação e Aparelhamento Unidades do IGEPREV/TO - 3068, natureza de despesa "Obras e Instalações". O referido ajuste não causou qualquer impacto orçamentário nas atividades previstas onde o cancelamento ocorreu, contudo a suplementação trouxe diversos benefícios para esta ação, a exemplo da formalização de termos aditivos de contratos continuados.

Assinatura

  
Responsável - Ação

IGEPREV

Fis. 000098  
VCL  
INSTITUTO DE GESTÃO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL  
DO ESTADO DO TOCANTINS

Lusinaldo Silva de Sousa  
Gestor Público  
Mat.: 11459654-1  
IGEPREV-TO



## Fundos Financeiros



## Unidade Gestora:

24830	Fundo Financeiro
-------	------------------

## Programa:

1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo
------	--

## Ação:

4213	Manutenção de Recursos Humanos
------	--------------------------------

## Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial 17.735.070,00	Alterações -6.000.000	Autorizado 11.735.070,00	Empenhado 9.850.948,94	Liquidado 9.850.948,94	Pago 9.688.866,78	Saldo 1.884.121,06	% E/A 83,94	% L/A 83,94	% P/A 82,56
-------------------------------	--------------------------	-----------------------------	---------------------------	---------------------------	----------------------	-----------------------	----------------	----------------	----------------

## Recursos Previdenciários

0241

Orç. Inicial 17.735.070,00	Alterações -6.000.000,00	Autorizado 11.735.070,00	Empenhado 9.850.948,94	Liquidado 9.850.948,94	Pago 9.688.866,78	Saldo final 1.884.121,06	% E/A 83,94	% L/A 83,94	% P/A 82,56
-------------------------------	-----------------------------	-----------------------------	---------------------------	---------------------------	----------------------	-----------------------------	----------------	----------------	----------------

## Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.122.1100	31.90.04	0241	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	964.721,73	964.721,73	962.999,61	235.278,27	80,39	80	80
09.122.1100	31.90.05	0241	10.820,00	0,00	10.820,00	0,00	0,00	0,00	10.820,00	0,00	0	0
09.122.1100	31.90.11	0241	14.222.250,00	-6.000.000,00	8.222.250,00	6.916.526,66	6.916.526,66	6.756.166,62	1.305.723,34	84,11	84	82
09.122.1100	31.90.13	0241	551.250,00	0,00	551.250,00	455.754,91	455.754,91	455.754,91	95.495,09	82,67	82	82
09.122.1100	31.90.92	0241	130.250,00	0,00	130.250,00	4.966,08	4.966,08	4.966,08	125.283,92	3,81	3	3
09.122.1100	31.90.94	0241	220.500,00	0,00	220.500,00	216.141,28	216.141,28	216.141,28	4.358,72	98,02	98	98
09.122.1100	31.91.13	0241	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00	1.292.838,28	1.292.838,28	1.292.838,28	7.161,72	99,44	99	99
09.122.1100	31.91.92	0241	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0

## Referência

Ano 2018	Período 3º Quadrimestre	Estágio Concluída
-------------	----------------------------	----------------------

## Análise:

Os recursos humanos do IGEPREV são mantidos com recursos previdenciários, porém a folha de pagamento é elaborada pela Secretaria da Administração. Nesta ação, o orçamento previsto foi utilizado cumprindo com o proposto para o qual ela se destina, manutenção de Recursos Humanos, e tem como principal objetivo manter o bom funcionamento da instituição por meio do seu quadro de pessoal, para tanto houve uma execução financeira de 83,94%, com as principais despesas, como: contratação de pessoal por tempo determinado no valor de R\$ 964.721,73 (novecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e um reias e setenta e três centavos); despesas com vencimento e vantagens fixas – pessoal civil, no valor de R\$ 6.916.526,66 (seis milhões novecentos e dezesseis mil, quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos); obrigações patronais no valor de R\$ 455.754,91 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e um centavos); despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 4.966,08 (quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais e oito centavos); indenizações e restituições trabalhistas no valor de R\$ 216.141,28 (duzentos e dezesseis mil, cento e quarenta e um reais e vinte e oito centavos); obrigações patronais no valor de R\$ 1.292.838,28 (um milhão duzentos e noventa e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos).

O Instituto de Gestão Previdenciária encerrou em 31/12/2018 com um quadro de 153 (cento e cinquenta e três) servidores, sendo 46 (quarenta e seis) servidores efetivos; 24 (vinte e quatro) Contratos Temporários, 47 (quarenta e sete) Servidores Comissionados, 10 (dez) Servidores Efetivos e Comissionados, 23 (vinte e três) Servidores Efetivos com função de Confiança, 1 (um) Celetista e 2 (dois) servidores desligados.

Houve uma transposição desta ação para a ação Pagamento de Benefícios Previdenciários – 4271, no valor de R\$ 6.000.000,00, em virtude da falta de orçamento para pagamento de aposentadorias da referida ação.

## Assinatura

Responsável Ação  
 Russana Vazconcelos Lopes  
 Assistente Administrativo  
 Matr.: 603731-1  
 IGEPREV-TJ

### Fundo Financeiro

#### Unidade Gestora:

24830	Fundo Financeiro
-------	------------------

#### Programa:

1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo
------	--

#### Ação:

4271	Pagamento de Benefícios Previdenciários
------	---

#### Orcamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
1.019.001.081,00	17.533.713	1.036.534.794,00	1.032.825.635,82	1.032.825.635,82	993.753.546,14	3.709.158,18	99,64	99,64	95,87

Recursos Ordinários - Administração Direta				0100					
Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
500.000,00	198.713,00	698.713,00	698.712,41	698.712,41	698.712,41	0,59	99,99	99,99	99,99

#### Detalhamento:

Classificação			Orcamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	33.90.08	0100	500.000,00	198.713,00	698.713,00	698.712,41	698.712,41	698.712,41	0,59	99,99	99	99

Recursos Previdenciários				0241					
Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.018.501.081,00	17.335.000,00	1.035.836.081,00	1.032.126.923,41	1.032.126.923,41	993.054.833,73	3.709.157,59	99,64	99,64	95,86

#### Detalhamento:

Classificação			Orcamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	0241	886.771.652,00	45.235.000,00	932.006.652,00	930.132.459,73	930.132.459,73	894.135.794,17	1.874.192,27	99,79	99	95
09.272.1100	31.90.03	0241	126.557.600,00	-22.800.000,00	103.757.600,00	101.994.463,68	101.994.463,68	98.919.039,56	1.763.136,32	98,30	98	95
09.272.1100	31.90.92	0241	3.447.120,00	-3.400.000,00	47.120,00	0,00	0,00	0,00	47.120,00	0,00	0	0
09.272.1100	31.90.94	0241	220.969,00	-200.000,00	20.969,00	0,00	0,00	0,00	20.969,00	0,00	0	0
09.272.1100	33.90.98	0241	1.503.740,00	-1.500.000,00	3.740,00	0,00	0,00	0,00	3.740,00	0,00	0	0

#### Referência

Ano 2018	Período 3º Quadrimestre	Estágio Concluída
-------------	----------------------------	----------------------

#### Análise:

A ação cumpriu com seu objetivo que é o Pagamento de Benefícios Previdenciários, conforme as exigências legais. Para tanto, iniciou o exercício com a aplicação do reajuste no salário mínimo (1,81%) e do piso nacional do magistério (6,81%), bem como, foi aplicado o reajuste concedido através da Medida Provisória nº 2, de 16 de maio de 2018, para os servidores do Executivo, no percentual de 3,98703%, processado em etapas, sendo a primeira em maio com um percentual de 1,32901%, a segunda etapa em julho no percentual de 1,32901% e a terceira etapa em setembro com percentual de 1,27717%.

Ainda no mês de agosto foi aplicado, através da Lei nº 3.396, de 31 de julho de 2018, o reajuste para os benefícios pelo índice de 2,07%, retroativo a janeiro de 2018, implementado na folha de pagamento do mês de agosto.

Outros dois reajustes foram efetuados para os segurados do Executivo, um no mês de setembro de 2018, no percentual de 1.27717%, referente a terceira etapa da Medida Provisória nº 2, convertida na Lei nº 3.371, de 11 de julho de 2018, e outro em novembro de 2018, através da Lei nº 3.370, de 04 de julho de 2018, no percentual de 1.69104%, a partir de 1º de novembro.

O Instituto finalizou o exercício com um total de 13.623 (treze mil, seiscentos e vinte e três) segurados no valor acumulado de R\$ 1.032.825.635,82 (hum bilhão, trinta e dois milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

Entretanto, o valor da folha de pagamento não aumentou na mesma proporção que o número de segurados, variando para mais em 16,94%, o que representa um aumento de R\$ 12.280.267,23, passando, o valor da folha que era de R\$ 73.458.482,38 (dez./2017) para R\$ 85.738.749,61 (dez./2018), totalizando ao final do exercício a importância de R\$ 1.032.825.635,82, com pagamento de proventos e pensões. Isso se justifica pelo fato de termos várias aposentadorias com valores significativos, bem como o pagamento de várias ações judiciais que englobaram os Policiais Militares e Civis (realinhamento) e os processo dos auditores fiscais, gerando assim um passivo que foi pago, inclusive de períodos retroativos.

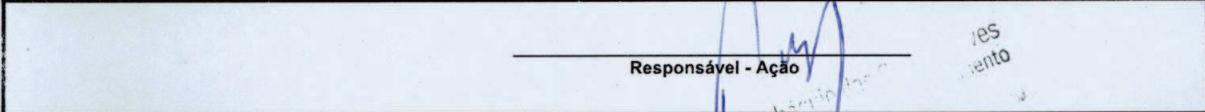
Devido ao expressivo aumento na folha de pagamento, conforme mencionado anteriormente, os recursos orçamentários se tornaram insuficientes, demandando, para cumprir o objetivo desta ação, a necessidade de se efetuar uma série de transferências dentro da própria ação num total de R\$ 27.900.000,00 e transposições orçamentárias num total R\$ 17.335.000,00 totalizando em R\$ 45.235.000,00 para pagamento dos benefícios previdenciários, conforme detalhado a seguir:

- Manutenção de Recursos Humanos - 4213 - R\$ 6.000.000,00;
- Capacitação de Servidores - 4179 - R\$ 200.000,00;
- Elaboração de Estudos Previdenciários - 4209 - R\$ 900.000,00;
- Realização de Concurso Público - 3083 - R\$ 235.000,00;
- Reserva Previdenciária do RPPS - TO UG 248400 - 9001 - R\$ 10.000.000,00.

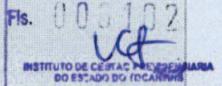
Norbéquio das Chagas Alves  
Gerente de Folha de Pagamento  
de Inativos  
IGEPREV-TO

*[Assinatura]*

Assinatura

	<p>Responsável - Ação</p> <p>Non-Ação</p> <p>Geral</p> <p>IGEPREV-TO</p>	<p>es</p> <p>mento</p>	<p>Fls. 000101</p> <p>IGEPREV</p> <p>INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DA ESTADO DO TOCANTINS</p>
---	--	------------------------	--





## Fundo Financeiro

## Unidade Gestora:

24830 Fundo Financeiro

## Programa:

1100

Manutenção e Gestão do Poder Executivo

## Ação:

4306

Pagamentos Precatórios Previdenciários

## Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial 4.419.385,00	Alterações 0	Autorizado 4.419.385,00	Empenhado 1.237.083,00	Liquidado 1.237.083,00	Pago 1.237.083,00	Saldo 3.182.302,00	% E/A 27,99	% L/A 27,99	% P/A 27,99
------------------------------	-----------------	----------------------------	---------------------------	---------------------------	----------------------	-----------------------	----------------	----------------	----------------

Recursos Previdenciários					0241				
Orç. Inicial 4.419.385,00	Alterações 0,00	Autorizado 4.419.385,00	Empenhado 1.237.083,00	Liquidado 1.237.083,00	Pago 1.237.083,00	Saldo final 3.182.302,00	% E/A 27,99	% L/A 27,99	% P/A 27,99

## Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018								Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A	
09.061.1100		31.90.91	0241	4.419.385,00	0,00	4.419.385,00	1.237.083,00	1.237.083,00	1.237.083,00	3.182.302,00	27,99	27	27

## Referência

Ano  
2018Período  
3º QuadrimestreEstágio  
Concluída

## Análise:

Foi previsto para esta ação, um orçamento no valor de R\$ 4.419.385,00 (quatro milhões, quatrocentos e dezenove mil, trezentos e oitenta e cinco reais), para Pagamento de Precatórios, referente as seguintes ações judiciais: 0014311-13.2016.827.0000, 0014320-72.2016.827.0000, 0014341-48.2016.827.0000, 0007704-81.2016.827.0000, 0008528-40.2016.827.0000, 0008472-70.2017.827.0000 e 0008401-68.2017.827.0000. Convém ressaltar que foi realizado um bloqueio judicial nas contas do Igeprev para garantia do pagamento da ação judicial nº. 0014341-48.2016.827.0000, todavia, tal quantia está sendo utilizada pelo Tribunal de Justiça do Tocantins para pagamento dos precatórios deste Instituto, respeitando a ordem de sua constituição. Desta forma, a diferença entre o valor total previsto das condenações e o valor orçado acima, será paga por meio da conta judicial gerida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Dentre as ações judiciais supracitadas, houve apenas o pagamento de três precatórios, dos informados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sendo o processo 2018.1068.1106035PA - SGD - 201824830004096 - totalizando o valor de R\$ 1.237.083,00 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil e oitenta e três centavos) aos segurados, Lionel Pinto de Amorim Filho, - Proc. 00084727020178270000 - R\$ 898.357,09, Edilberto Alves costa e Outros - Proc. 00084016820178270000 - R\$ 147.089,87 e Claudia da Silva Aguiar Rezende e outros - Proc. 00080673420178270000 - R\$ 191.636,04.

Vale ressaltar que foi solicitado nesta ação uma transposição de crédito no valor de R\$ 3.100.000,00 para a ação 4271 – Pagamento de Benefícios Previdenciários ocorrido no final do exercício – 2018, no entanto, o procedimento de remanejamento não foi concluído, ficando o referido valor na situação de bloqueio de créditos.

## Assinatura

Responsável - Ação

Tályson Bispo Marinho

Assessor Especial  
Mat.: 11183365-2  
IGEPREV-TO



## Fundo Financeiro

## Unidade Gestora:

24830	Fundo Financeiro
-------	------------------

## Programa:

1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo
------	--

## Ação:

9004	Reserva Previdenciária do RPPS-TO
------	-----------------------------------

## Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial 10.000.000,00	Alterações 0	Autorizado 10.000.000,00	Empenhado 0,00	Liquidado 0,00	Pago 0,00	Saldo 10.000.000,00	% E/A 0,00	% L/A 0,00	% P/A 0,00
-------------------------------	-----------------	-----------------------------	-------------------	-------------------	--------------	------------------------	---------------	---------------	---------------

Recursos Previdenciários					0241					
Orç. Inicial 10.000.000,00	Alterações 0,00	Autorizado 10.000.000,00	Empenhado 0,00	Liquidado 0,00	Pago 0,00	Saldo final 10.000.000,00	% E/A 0,00	% L/A 0,00	% P/A 0,00	

## Detalhamento:

Classificação		Orçamento - 12/2018								Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
99.997.1100	99.99.99	0241	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000.000,00	0,00	0	0

## Referência

Ano 2018	Período 3º Quadrimestre	Estágio Não iniciada
-------------	----------------------------	-------------------------

## Análise:

Esta ação tem como objetivo equacionar o equilíbrio orçamentário do instituto, devendo ser utilizada somente se houver necessidade de adequações das dotações iniciais. Contudo, vale ressaltar que foi realizado nesta ação uma solicitação de crédito no valor de R\$ 9.990.000,00, ocorrido no final do exercício – 2018, no entanto, o procedimento de remanejamento não foi concluído, ficando o referido valor na situação de bloqueio de créditos.

## Assinatura

 Pedro Pinto de Oliveira Responsável - Ação IGEPREV/TO
--

### Fundo Previdenciário

Unidade Gestora:

24840	Fundo Previdenciário
-------	----------------------

Programa:

1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo
------	--

Ação:

4270	Pagamento de Benefícios Previdenciários
------	---

Orcamento - 12/2018:

Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
2.102.040,00	0	2.102.040,00	1.406.110,54	1.406.110,54	1.284.509,62	695.929,46	66,89	66,89	61,10

Recursos Previdenciários					0241				
Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.102.040,00	0,00	2.102.040,00	1.406.110,54	1.406.110,54	1.284.509,62	695.929,46	66,89	66,89	61,10

Detalhamento:

Classificação		Orçamento - 12/2018								Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	0241	1.272.040,00	-550.000,00	722.040,00	52.717,20	52.717,20	52.453,38	669.322,80	7,30	7	7
09.272.1100	31.90.03	0241	830.000,00	550.000,00	1.380.000,00	1.353.393,34	1.353.393,34	1.232.056,24	26.606,66	98,07	98	89

Referência

Ano 2018	Período 3º Quadrimestre	Estágio Concluída
-------------	----------------------------	----------------------

Análise:

A ação foi concluída com êxito, para tanto, outros dois reajustes foram efetuados para os segurados do Executivo, um no mês de setembro de 2018, no percentual de 1.27717%, referente a terceira etapa da Medida Provisória nº 2, convertida na Lei nº 3.371, de 11 de julho de 2018, e outro em novembro de 2018, através da Lei nº 3.370, de 04 de julho de 2018, no percentual de 1.69104%, a partir de 1º de novembro.

Conseguiu atender as necessidades de pagamentos de benefícios, mesmo com o número de segurados do RPPS-TO do Plano Previdenciário, incluídos em folha de pagamento do Instituto, ter aumentado em 51,43%, ou seja, 18 segurados, comparando dez/2017 com dez/2018, elevando, assim, de 35 para 53 segurados.

Por outro lado, o valor da folha de pagamento não aumentou na mesma proporção, variando para mais em 117,81%, o que representa um montante de R\$ 62.211,13, passando, o valor da folha que era de R\$ 52.805,04 para R\$ 115.016,17, totalizando ao final do exercício a importância de R\$ 1.406.110,54 com pagamento de proventos e pensões.

Assinatura

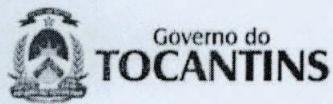
Norbéquio das Chagas Alves

Gerente de Folha de Pagamento

Responsável Ação

IGEPREV-TO





IGEPREV

Fis. 000105  
  
 INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA  
 DO ESTADO DO TOCANTINS

## Fundo Previdenciário

## Unidade Gestora:

24840	Fundo Previdenciário
-------	----------------------

## Programa:

1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo
------	--

## Ação:

9001	Reserva Previdenciária do RPPS-TO
------	-----------------------------------

## Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial 559.692.075,00	Alterações -10.000.000	Autorizado 549.692.075,00	Empenhado 0,00	Liquidado 0,00	Pago 0,00	Saldo 549.692.075,00	% E/A 0,00	% L/A 0,00	% P/A 0,00
--------------------------------	---------------------------	------------------------------	-------------------	-------------------	--------------	-------------------------	---------------	---------------	---------------

## Recursos Previdenciários

0241

Orç. Inicial 559.692.075,00	Alterações -10.000.000,00	Autorizado 549.692.075,00	Empenhado 0,00	Liquidado 0,00	Pago 0,00	Saldo final 549.692.075,00	% E/A 0,00	% L/A 0,00	% P/A 0,00
--------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------	-------------------	--------------	-------------------------------	---------------	---------------	---------------

## Detalhamento:

Classificação		Orçamento - 12/2018								Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
99.997.1100	99.99.99	0241	559.692.075,00	-10.000.000,00	549.692.075,00		0,00	0,00	549.692.075,00	0,00	0	0

## Referência

Ano 2018	Período 3º Quadrimestre	Estágio Concluída
-------------	----------------------------	----------------------

## Análise:

Esta ação tem como objetivo equacionar o equilíbrio orçamentário do RPPS deste Instituto, no entanto, em razão da necessidade de efetuar os pagamentos dos benefícios dos segurados do RPPS do Fundo Financeiro UG: 248300, ação 4271 - despesa 31.90.01, houve a necessidade de um crédito adicional no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), medida necessária para atender a referida despesa.

## Assinatura

*Pedro Tito da Cunha*  
 Matr. 27.416-1  
 IGEPREV/TO  
 Responsável - Ação

## 6.2 – GESTÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Para complementação dos demonstrativos mencionados anteriormente, serão elencadas as atividades desenvolvidas pelas três áreas de gestão deste Instituto, quais sejam: Gestão Administrativo-Financeira, Gestão Previdenciária e Gestão de Investimentos.

### 6.2.1 – Melhoria da Gestão

Considerando que a Administração Pública vive um contexto cada vez mais associado à transformação digital, torna-se necessária a implementação de novas tecnologias que facilite o acesso e a disseminação das informações que tragam impactos positivos ligados à produtividade e ao fluxo de trabalho.

Nesse sentido, foram iniciados em fevereiro de 2018 os serviços de digitalização do acervo documental do IGEPREV-TO, composto principalmente por processos de concessão de benefícios, dossiês dos segurados e outros processos previdenciários, o que trará grande avanço na modernização da gestão documental.

Atualmente todos os servidores do Setor de Arquivo utilizam essa tecnologia no atendimento das demandas, resultando na maximização da produtividade dos colaboradores, a modernização do trâmite processual, a redução na produção de photocópias, organização e gerenciamento do acervo documental de forma mais eficiente, melhor aproveitamento do espaço físico e maior controle dos documentos.

Todos esses benefícios promoveram a celeridade e eficiência no acesso às informações entre os departamentos do Instituto e os segurados, assim, todo o público que busca atendimento no IGEPREV/TO foi beneficiado.

Outro fato relevante, foi a conclusão dos serviços de reforma do imóvel em Araguaína, que além de atender a obrigação legal dos Gestores quanto à necessidade de conservação do patrimônio público, possibilitou que áreas afetadas pela degradação provocada pelo clima e pelo tempo de uso fossem restauradas. Além de que o imóvel poderá ser alugado, assegurando sua conservação nos termos contratuais e aferindo renda ao Instituto.

### 6.2.2 – Receitas Orçamentárias

A receita realizada em 2018 foi de R\$ 622.528.360,31 (seiscentos e vinte e dois milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e sessenta reais e trinta e um centavos), que corresponde a 38,36% da receita prevista, conforme detalhado no quadro abaixo:



### FUNDO FINANCEIRO – UG 248300

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	PREVISTA	REALIZADA	%	DIFERENÇA
Contribuições de Servidores	302.421.120,00	192.840.128,42	63,77	109.580.991,58
Patrimonial	-	1.625.320,29	0	-1.625.320,29
Receita de Serviços	240.000,00	0,00	0	240.000,00
Outras Receitas	960.000,00	1.753.026,38	182,61	-793.026,38
<b>SUBTOTAL</b>	<b>303.621.120,00</b>	<b>196.218.475,09</b>	<b>64,63</b>	<b>107.402.644,91</b>
Contribuições Patronais	738.390.000,00	264.062.974,46	35,76	474.327.025,54
Outras Receitas Patrimoniais	29.240.000,00	54.489.839,99	186,35	-25.249.839,99
<b>SUBTOTAL</b>	<b>767.630.000,00</b>	<b>318.552.814,45</b>	<b>41,50</b>	<b>449.077.185,55</b>
<b>Contribuições - Deduções</b>	<b>-21.120,00</b>	<b>-361.099,48</b>	<b>1.709,75</b>	<b>339.979,48</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.071.230.000,00</b>	<b>514.410.190,06</b>	<b>48,02</b>	<b>556.819.809,94</b>

### FUNDO PREVIDENCIÁRIO – UG 248400

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	PREVISTA	REALIZADA	%	DIFERENÇA
Contribuições de Servidores	23.776.000,00	28.253.725,82	118,83	- 4.477.725,82
Patrimonial	485.900.115,00	36.752.565,01	7,56	449.147.549,99
Outras Receitas	6.388.000,00	6.375.077,24	99,80	12.922,76
<b>SUBTOTAL</b>	<b>516.064.115,00</b>	<b>71.381.368,07</b>	<b>13,83</b>	<b>444.682.746,93</b>
Contribuições Patronais	35.810.000,00	32.553.717,73	90,91	3.256.282,27
Outras Receitas Patrimoniais	1.020.000,00	4.183.084,45	410,11	- 3.163.084,45
Outras Receitas Correntes	8.900.000,00	0,00	0	8.900.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>45.730.000,00</b>	<b>36.736.802,18</b>	<b>80,33</b>	<b>8.993.197,82</b>
<b>Deduções Receita Patrimonial</b>	<b>-10.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>-10.000.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>551.794.115,00</b>	<b>108.118.170,25</b>	<b>19,59</b>	<b>453.675.944,75</b>

Fonte: Anexo 10 (Lei Federal nº 4.320/64)

O comportamento da receita evidencia uma frustração de 61,64% da receita inicialmente prevista consolidada, com destaque para a receita de contribuição



patronal que de ser arrecado R\$ 477.583.307,81 (quatrocentos e setenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e sete reais e oitenta e um centavos), equivalente a 38,31% da receita prevista. No entanto, é importante ressaltar que, apesar de não ter havido a devida arrecadação financeira dos recursos, o valor devido está registrado na contabilidade como créditos a receber.

Outro destaque se refere à receita patrimonial, com uma frustração de 61,69% do que foi previsto, causada, principalmente, pela mudança da metodologia de contabilização dos rendimentos, em cumprimento à orientação do Ministério da Fazenda, por meio da Instrução de Procedimentos Contábeis nº. 09.

Por outro lado, a rubrica “outras receitas Patrimoniais” superou em 193,90% a receita prevista referente aos encargos financeiros em razão dos parcelamentos das contribuições previdenciárias junto ao Estado do Tocantins.

O quadro seguinte evidencia o registro das receitas de contribuições previdenciárias da parte segurado e patronal, dos servidores ativos e inativos do Estado, bem como as despesas com folha de pagamento de benefícios e com despesas administrativas para manutenção do Instituto, distribuídas por poder e órgão autônomo.

Vale salientar que os valores de receitas apresentados referem-se ao devido de cada mês, não significando dizer que houve o efetivo recolhimento por parte de cada contribuinte, ao contrário da despesa, que representa o gasto efetivo mensal distribuído por poder e órgão autônomo.

Comparando os valores de receitas e despesas, observa-se que as contribuições previdenciárias do Plano Financeiro, do Poder Executivo e Tribunal de Contas do Estado não foram suficientes para cobrir os dispêndios com a folha de pagamento dos inativos e seus respectivos percentuais de despesas administrativas, nos meses de janeiro a dezembro de 2018, e da Assembleia Legislativa nos meses de junho/agosto/outubro e dezembro de 2018.

Ainda, comparando os valores de receitas e despesas do Plano Previdenciário, observa-se que as contribuições previdenciárias de todos os Poderes são suficientes para cobrir os dispêndios com a folha de pagamento dos inativos e seus respectivos percentuais de despesas administrativa e gera, ainda, um saldo superavitário.





**PLANO FINANCEIRO**

PODER	RECEITAS - VALORES DEVIDOS DOS ATIVOS E INATIVOS												13º/18
	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	
EXECUTIVO	55.527.143,96	55.219.230,12	55.265.676,95	55.599.532,11	59.670.115,26	56.033.177,20	56.428.314,63	56.018.525,00	56.717.097,06	56.656.198,74	57.390.393,11	57.125.564,96	56.406.807,66
LEGISLATIVO	1.371.517,24	1.372.531,77	1.372.866,60	1.381.351,10	1.358.929,68	1.309.715,42	1.386.120,47	1.328.036,60	1.315.046,56	1.342.883,18	1.332.951,77	1.327.855,74	1.305.691,70
MINISTÉRIO PÚBLICO	1.882.887,13	1.880.216,34	1.883.568,24	1.883.684,88	1.890.048,33	1.886.855,39	1.888.574,00	1.961.843,90	1.910.864,73	1.913.766,24	1.902.888,37	1.902.470,74	1.889.872,75
TRIBUNAL DE CONTAS	1.599.106,72	1.605.481,44	1.612.062,01	1.611.753,15	1.678.730,55	1.691.776,78	1.671.145,12	1.677.639,99	1.662.143,34	1.850.772,84	1.692.956,58	1.549.574,05	1.649.202,36
DEFENSORIA	860.567,39	857.3665,19	852.110,29	850.776,03	850.970,80	850.970,80	852.213,47	850.427,26	850.608,02	853.963,38	849.189,76	853.299,77	851.630,55
JUDICIÁRIO	6.625.830,25	6.632.417,62	6.665.874,43	6.690.053,16	6.481.291,46	6.677.088,40	6.682.201,00	6.922.251,94	6.740.020,35	6.493.424,32	6.756.757,03	7.812.656,05	6.476.176,96
<b>TOTAL 2018</b>	<b>67.867.032,69</b>	<b>67.567.242,48</b>	<b>67.654.158,52</b>	<b>68.017.150,43</b>	<b>71.930.086,08</b>	<b>68.449.583,99</b>	<b>68.908.568,69</b>	<b>68.758.724,69</b>	<b>69.195.780,06</b>	<b>69.111.009,70</b>	<b>69.925.136,62</b>	<b>70.571.421,31</b>	<b>68.579.381,98</b>

PODER	DESPESAS - FOLHA DE PAGAMENTO E ADMINISTRATIVA												13º/18
	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	
EXECUTIVO	68.457.720,72	68.610.962,97	71.449.763,63	70.743.072,59	72.377.192,35	73.247.034,61	74.300.460,82	75.878.589,46	77.488.255,53	77.313.269,04	80.697.006,36	81.410.004,02	74.646.420,35
LEGISLATIVO	957.302,83	956.878,46	961.052,04	977.656,72	943.382,00	1.449.571,05	1.244.848,01	1.417.293,42	1.311.561,17	1.461.034,17	1.319.422,41	1.525.996,47	1.164.740,66
MINISTÉRIO PÚBLICO	1.220.060,51	1.231.632,07	1.305.643,05	1.196.047,30	1.207.935,25	1.323.133,72	1.248.683,61	1.286.784,37	1.234.757,32	1.434.040,76	1.445.733,14	1.415.794,86	1.226.561,24
TRIBUNAL DE CONTAS	1.737.018,15	1.755.260,46	1.775.522,10	1.734.948,17	1.716.351,24	1.841.811,14	1.789.243,19	2.020.166,10	1.857.716,76	1.912.884,33	1.974.925,05	2.102.481,65	1.807.290,31
DEFENSORIA	245.535,59	252.668,30	289.610,55	285.542,07	286.582,25	289.409,87	283.816,91	277.127,66	280.356,56	317.548,79	286.382,95	339.932,03	248.053,64
JUDICIÁRIO	4.242.940,77	4.304.236,79	4.483.075,64	4.431.491,16	4.427.258,51	4.412.615,62	4.422.378,53	4.543.865,72	4.509.568,97	4.425.317,47	4.572.544,41	4.563.438,78	4.193.960,55
<b>TOTAL 2018</b>	<b>74.091.996,03</b>	<b>73.996.022,41</b>	<b>76.748.176,60</b>	<b>75.917.224,96</b>	<b>77.307.223,45</b>	<b>78.726.770,68</b>	<b>79.851.458,50</b>	<b>81.512.180,92</b>	<b>82.322.423,08</b>	<b>82.665.574,49</b>	<b>84.473.275,89</b>	<b>85.805.405,16</b>	<b>75.778.500,00</b>



**RECEITAS - DESPESAS**

PODER	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	13º/18
EXECUTIVO	12.930.576,76	13.391.732,85	16.184.086,68	15.143.560,48	12.707.077,09	17.213.857,41	17.872.146,19	-19.860.064,46	20.771.158,47	20.657.069,30	23.308.613,26	-24.284.439,06	18.239.612,69
LEGISLATIVO	414.214,41	415.653,31	411.814,56	403.694,38	415.547,68	139.855,63	141.272,46	-89.256,82	3.485,39	118.150,99	13.529,36	-198.140,73	140.951,04
MINISTÉRIO PÚBLICO	662.806,62	648.584,27	579.925,19	687.637,58	682.113,08	563.721,67	639.890,39	675.079,53	676.107,41	479.725,48	457.155,23	486.675,88	663.311,51
TRIBUNAL DE CONTAS	137.911,43	149.779,02	163.460,00	173.195,02	-37.620,69	150.034,36	118.008,07	-342.526,11	105.573,42	62.111,40	-281.958,47	-552.007,60	158.057,95
DEFENSORIA	615.031,80	604.696,89	562.499,74	565.233,96	564.388,55	561.560,93	568.396,56	573.289,60	570.251,46	536.414,59	562.806,81	513.367,74	603.576,91
JUDICIÁRIO	2.382.889,48	2.328.180,83	2.182.798,79	2.258.562,00	2.054.032,95	2.264.472,78	2.259.822,47	2.378.386,22	2.230.332,38	2.068.106,85	2.184.212,62	3.249.217,27	2.282.216,41
<b>TOTAL 2018</b>	<b>-6.224.963,34</b>	<b>-6.428.779,93</b>	<b>-9.094.018,08</b>	<b>-7.900.074,53</b>	<b>-5.377.137,37</b>	<b>10.277.186,69</b>	<b>-10.672.889,81</b>	<b>-12.753.456,23</b>	<b>-13.126.643,02</b>	<b>-13.554.564,79</b>	<b>-14.548.139,27</b>	<b>-15.233.983,85</b>	<b>-7.199.118,02</b>

O quadro acima evidencia um déficit financeiro anual de R\$ 132.390.954,93, sendo R\$ 44.235.079,89 abaixo do montante previsto no Relatório de Avaliação Atuarial de 2018, que foi de R\$ 176.626.034,82, utilizando a base cadastral de 31/12/2017.

Ressalta-se, que a não realização dos aportes financeiros por parte do Tesouro Estadual, para cobrir a insuficiência de recursos, obrigou o gestor do RPPS-TO a utilizar as receitas das aplicações financeiras para complementar a folha de pagamento dos benefícios previdenciários concedidos.



## PLANO PREVIDENCIÁRIO

### RECEITAS - VALORES DEVIDOS DOS ATIVOS E INATIVOS

PODER	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	13º/18
EXECUTIVO	6.262.020,23	6.276.716,94	6.258.513,71	6.239.170,74	6.288.535,26	6.287.458,64	6.533.652,57	6.500.557,23	6.586.019,39	6.573.003,91	6.633.523,29	6.655.370,30	6.463.954,92
LEGISLATIVO	970,39	970,39	970,39	970,39	825,96	1.265,00	2.004,88	2.460,77	2.912,89	2.912,89	2.919,97	2.919,97	1.721,98
MINISTÉRIO PÚBLICO	357.540,09	355.814,45	355.111,98	352.625,11	355.425,78	355.832,36	357.389,36	377.255,17	365.576,15	391.470,08	390.723,76	402.268,54	370.968,14
TRIBUNAL DE CONTAS	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	10.531,21	12.566,41	12.566,41	12.566,41
DEFENSORIA	1.127.631,31	1.126.688,11	1.136.961,51	1.175.880,48	1.179.805,65	1.176.069,30	1.204.928,46	1.205.107,01	1.156.563,57	1.188.239,54	1.188.239,54	1.188.239,54	1.198.777,05
JUDICIÁRIO	1.207.286,59	82.748,89	81.472,88	86.840,20	85.355,07	83.427,81	85.385,00	86.930,01	84.530,25	83.844,56	83.844,56	91.956,62	82.607,91
<b>TOTAL 2018</b>	<b>8.972.673,13</b>	<b>7.860.163,30</b>	<b>7.850.254,99</b>	<b>7.872.711,44</b>	<b>7.927.172,24</b>	<b>7.921.277,63</b>	<b>8.200.584,79</b>	<b>8.189.534,71</b>	<b>8.212.826,77</b>	<b>8.250.002,19</b>	<b>8.311.817,53</b>	<b>7.178.127,27</b>	<b>8.130.596,41</b>

### DESPESAS - FOLHA DE PAGAMENTO E ADMINISTRATIVA

PODER	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	13º/18
EXECUTIVO	61.472,01	60.553,53	76.181,93	99.430,12	68.497,68	90.475,25	73.953,29	118.856,59	152.650,35	114.854,04	89.565,60	89.565,60	89.565,60
LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MINISTÉRIO PÚBLICO	6.259,28	6.259,28	6.259,28	6.259,28	6.259,28	6.259,28	6.259,28	7.295,76	6.388,84	6.388,84	6.388,84	6.388,84	6.388,84
TRIBUNAL DE CONTAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEFENSORIA	9.910,72	9.910,72	9.910,72	9.910,72	9.910,72	9.910,72	9.910,72	4.955,36	14.866,08	10.695,68	10.008,84	10.008,84	10.008,84
JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL 2018</b>	<b>77.642,01</b>	<b>76.723,53</b>	<b>92.351,93</b>	<b>115.600,12</b>	<b>84.667,68</b>	<b>101.689,89</b>	<b>95.078,65</b>	<b>136.848,03</b>	<b>169.048,03</b>	<b>131.251,72</b>	<b>105.963,28</b>	<b>105.963,28</b>	<b>105.963,28</b>

PODER	RECEITAS - DESPESAS												
	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	13º/18
EXECUTIVO	6.200.548,22	6.216.163,41	6.182.331,78	6.139.740,62	6.220.037,58	6.196.983,39	6.459.699,28	6.381.700,64	6.433.369,04	6.458.149,87	6.543.957,69	6.565.804,70	6.374.389,32
LEGISLATIVO	970,39	970,39	970,39	825,96	1.265,00	2.004,88	2.460,77	2.912,89	2.912,89	2.912,89	2.919,97	2.919,97	1.721,98
MINISTÉRIO PÚBLICO	351.280,81	349.555,17	348.852,70	346.365,83	349.166,50	349.573,08	351.130,08	369.959,41	359.187,31	385.081,24	384.334,92	395.879,70	364.579,30
TRIBUNAL DE CONTAS	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	17.224,52	10.531,21	12.566,41	12.566,41
DEFENSORIA	1.117.720,59	1.116.777,39	1.127.050,79	1.165.969,76	1.169.894,93	1.171.113,94	1.190.062,38	1.194.411,33	1.146.554,73	1.178.230,70	1.178.230,70	3.036,59	1.188.768,21
JUDICIÁRIO	1.207.286,59	82.748,89	81.472,88	86.840,20	85.355,07	83.427,81	85.385,00	86.930,01	84.530,25	83.844,56	83.844,56	91.956,62	82.607,91
<b>TOTAL 2018</b>	<b>8.895.031,12</b>	<b>7.783.439,77</b>	<b>7.757.903,06</b>	<b>7.757.111,32</b>	<b>7.842.504,56</b>	<b>7.819.587,74</b>	<b>8.105.506,14</b>	<b>8.052.686,68</b>	<b>8.043.778,74</b>	<b>8.118.750,47</b>	<b>8.205.854,25</b>	<b>7.072.163,99</b>	<b>8.024.633,13</b>



### 6.2.3 – Despesas Orçamentárias

Para o desenvolvimento das ações administrativas estruturadas no programa **Manutenção e Gestão do Poder Executivo**, as quais estão demonstradas no item 6 deste Relatório, o Instituto dispõe de um limite de 2% (dois por cento) do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins – RPPS-TO, relativo ao exercício financeiro do ano anterior, denominada “*Taxa de Administração do RPPS-TO*”, conforme preceitua o art. 69 da Lei nº 1.614, de 4 de outubro de 2005:

**“Art. 69.** A taxa de administração do RPPS-TO é de 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, relativo ao exercício financeiro anterior, observando-se que:

**I** - é destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do regime próprio;

**II** - na verificação do limite definido no caput deste artigo, não são computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

**III** - o Regime Próprio de Previdência Social pode constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores são utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração.”

O custeio das despesas administrativas totalizou **R\$ 17.309.038,69** (**dezessete milhões, trezentos e nove mil, trinta e oito reais e sessenta e nove centavos**), utilizando somente 0,58% do valor da base de cálculo, ficando bem distante do limite máximo de 2%, conforme demonstra a tabela abaixo:

BASE DE CÁLCULO (Valor total das remunerações do ano de 2017)	LIMITE DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS-TO (2 % do valor da base de Cálculo)	DESPESAS ADMINISTRATIVAS REALIZADAS PELO RPPS-TO
R\$ 2.961.754.289,68	R\$ 59.235.085,79	R\$ 17.309.038,69

Do total das Despesas Administrativas realizada, a maior parte foi utilizada com a **Manutenção de Recursos Humanos R\$ 9.850.948,94**, que corresponde a 56,91% do total das despesas e o restante com outros serviços de manutenção do Instituto, conforme detalhamento das ações no quadro abaixo:

DESPESAS EXECUTADAS	VALOR (R\$)
<b>Divulgação das ações do IGEPREV</b>	-
Reestruturação e Aparelhamento da Sede do IGEPREV	505.601,69
Manutenção de Recursos Humanos	9.850.948,94
Coordenação e Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	5.573.518,22
Elaboração de Estudos Previdenciários	89.347,00
Capacitação de Servidores	52.539,84
Pagamentos de Precatórios Previdenciários	1.237.083,00
<b>TOTAL</b>	<b>17.309.038,69</b>

O controle e o acompanhamento das Despesas Administrativas são realizados com a utilização de planilhas gerenciais.

### 6.3 – GESTÃO DE BENEFÍCIOS

O IGEPREV-TOCANTINS, na condição de gestor único dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins – RPPS-TO, tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários os meios de subsistência nos eventos de invalidez, inatividade e morte, garantindo o pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados e de seus dependentes, com os recursos das contribuições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como dos órgãos autônomos Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública, e dos segurados ativos, inativos e pensionistas.

Além da gestão dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão por morte para os dependentes previdenciários, compete ao IGEPREV-TOCANTINS, entre outras atribuições, a administração do cadastro previdenciário dos servidores do Estado e a instrução dos processos de benefícios previdenciários.

Os processos de benefícios previdenciários dos segurados do RPPS-TO e de seus dependentes são instruídos com os dados cadastrais funcionais e financeiros dos requerentes, os quais, após análise técnica da Diretoria de Previdência – DIPREV, com base na legislação específica, são submetidos à apreciação jurídica da Procuradoria Geral do Estado, que após manifestação jurídica favorável, retornam ao Instituto para elaboração dos atos concessivos, inclusão em folha de pagamento e



encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado para fins de julgamento, registro e análise para a compensação previdenciária com o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Para dar suporte a todo esse processo, contamos com um moderno e robusto sistema previdenciário (SISPREVWEB), o qual nos permite ter um controle de todo o fluxo e tarefas relacionadas a cada processo. Além disso, esse sistema nos permitiu implementar a digitalização dos documentos, ou seja, todos os processos do IGEprev-Tocantins são digitalizados e de fácil acesso e visualização. Ainda permanecemos com os processos físicos em função do mesmo, até o momento, não ter sido considerado sistema finalístico, tramitando somente no Instituto. A partir do momento em que passar a ser finalístico, será utilizado por todos os órgãos, podendo, então, ser eliminado o processo em meio físico.

O IGEprev-TOCANTINS fechou o ano de 2018 com **13.623** (treze mil, seiscentos e vinte e três) beneficiários, sendo **11.709** aposentados e **1.914** pensionistas, oriundos de todos os Poderes e, ainda, do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do Estado do Tocantins, o que representa um aumento de **7,64%** em relação do ano de 2017.

#### 6.3.1 – Atendimento aos Segurados

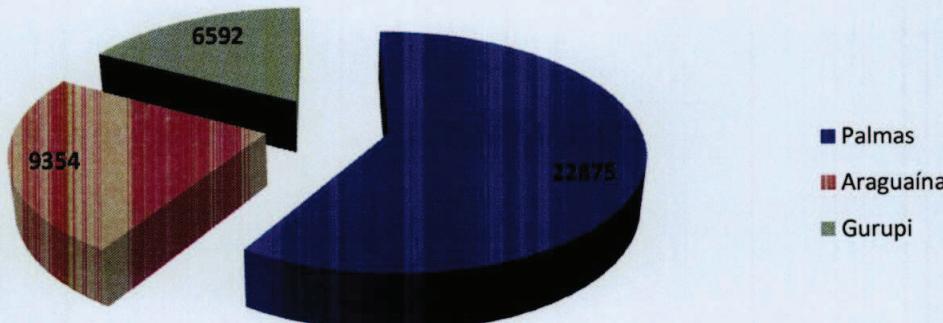
No exercício de 2018 foram realizados **38.821** (trinta e oito mil, oitocentos e vinte e um) atendimentos, na Sede em Palmas e nos pontos de atendimento do Instituto instalados nos É PRA JÁ's de Araguaína e Gurupi, destacando-se os atendimentos para autuação de processos de aposentadoria e abono de permanência, e cadastramento de dados funcionais e consequentemente simulação de possíveis benefícios.




### ATENDIMENTOS DE 2018

Cidades	Atendimentos
Palmas	22.875
Araguaína	9.354
Gurupi	6.592
<b>Total</b>	<b>38.821</b>

### ATENDIMENTOS EM 2018



### ATENDIMENTO DE PALMAS EM GERAL DE 2018

#### QUANTITATIVO POR TIPO DE ATENDIMENTO

Tipo de atendimento	Quantidade
Requerimento de Simulação de Tempo	709
Requerimento do Contracheque	820
Recadastramento	9.256
Simulação de Benefícios e Abono de Permanência	709
Posse	341
Informações Previdenciárias	6.242
Outros	4.798
<b>Total</b>	<b>22.875</b>

#### 6.3.2 – Emissão de Certidões de Tempo de Contribuição (CTC)

No exercício em análise, houve um intenso trabalho para atender as solicitações de Certidões de Tempo de Contribuição – CTC's feitas pelos ex-segurados do RPPS-TO, para fins de averbação em outros regimes previdenciários, cujo desempenho segue demonstrado no quadro abaixo.

Certidões	Quantidade	%
1ª via de CTC	451	86,9
CTC Indeferidas	02	0,39
CTC em Análise	81	15,6
<b>Total</b>	<b>534</b>	<b>100,00</b>

#### 6.3.2.1 - Avaliação Médica Anual

Os segurados que foram transferidos para a inatividade em razão de invalidez, em atendimento aos arts. 28 a 31 da Lei 1.614/2005, onde o Instituto convocou para avaliação médica oficial um total de 513 segurados, cujo resultado segue demonstrado no quadro adiante.

Segurados Convocados	Segurados Avaliados	Segurados Não Avaliados	Segurados com Pagamento bloqueado	Total
513	496	12	05	513

#### 6.3.2.2 – Recadastramento de Segurados

Conforme Portaria nº 812/2017, de 05 de dezembro de 2017, está sendo finalizado o **Recadastramento dos Segurados Inativos e dos Pensionistas** – (tendo como referência o mês de aniversário do segurado). A realização do recadastramento é necessária para manter a base de dados atualizada com dados previdenciários dos inativos e dos pensionistas, bem como manutenção do Sistema de Gestão Previdenciária – SISPREV WEB.

Tipo Beneficiário	Total	Recadastrado	%	Não-Recadastrado	%	Não-Recadastrado Bloqueados	%
Inativo	11.789	11.354	96,3	406	3,4	29	0,2
Pensionista	1.934	1.759	91,0	142	7,3	33	1,7
<b>TOTAL</b>	<b>13.723</b>	<b>13.113</b>	<b>95,6</b>	<b>548</b>	<b>4,0</b>	<b>62</b>	<b>0,5</b>

No ato do recadastramento **25 pensionistas declararam como estado civil “casado” ou “união estável”** e, conforme estabelece o art. 12, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, tal situação implica na perda da condição de dependente, mediante o devido processo legal realizado pelo setor de Perícia e Auditoria do Instituto.



Ainda, no decorrer do recadastramento foram detectados **111 (cento e onze) Aposentados e Pensionistas falecidos**, identificados por meio de certidões de óbitos e relatório do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - SISOBI.

### 6.3.3 – Concessão de Benefícios Previdenciários

No decorrer do exercício de 2018, o quantitativo de processos analisados, deferidos, concedidos, tramitados e diligenciados aos Órgãos, Poderes e Segurados para as devidas providências, totalizou **2.936 processos**, resultando na **concessão de 1.277 benefícios e 462 revisões de benefícios** relativos a aposentadorias, reforma, reserva remunerada, pensão por morte e revisão de benefícios, bem como os decorrentes de cumprimento de decisão judicial.

Foram analisados, ainda, **942 pedidos de Abono de Permanência**, e também **131 processos** de reversão, revisão de abono e outros assuntos previdenciários.

Do total de processos analisados **124** foram indeferidos por não cumprir todos os requisitos para concessão ou revisão do benefício.

Ao considerar o fluxo processual na tramitação de um mesmo processo nos setores competentes, obtém-se um total de 8.305 análises, reanálises e diligências no setor.

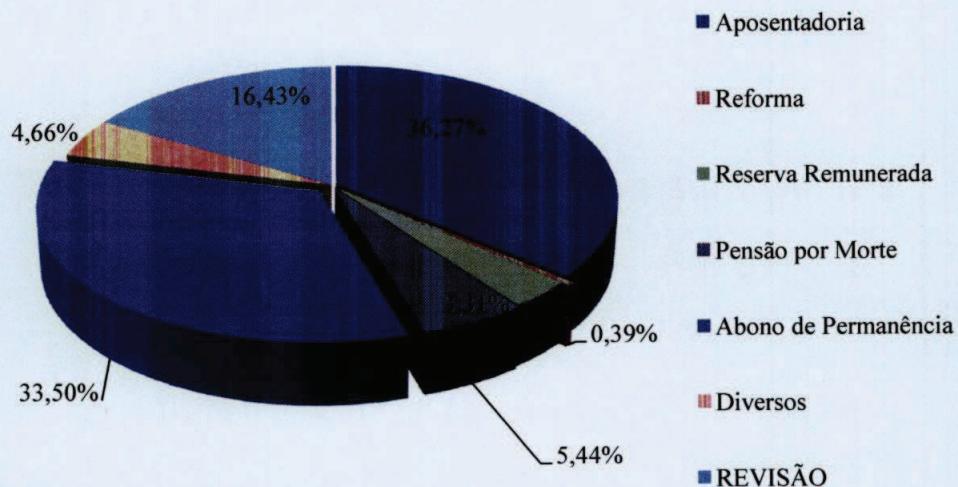
A tabela a seguir evidencia o desempenho dos analistas por tipo de benefício:

PROCECESSOS CONCEDIDOS	
BENEFÍCIOS	QUANTIDADE
Aposentadoria	1.020
Reforma	11
Reserva Remunerada	93
Pensão por Morte	153
Abono de Permanência	942
Diversos	131
<b>SUB TOTAL</b>	<b>2.350</b>
<b>REVISÃO</b>	<b>462</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.812</b>

**Fonte:** SISPREVWEB



### PERCENTUAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDO



Importante destacar que do total de **124** processos de solicitação de benefícios indeferidos, **25** são relativos a concessão de benefícios, **59** de revisão de benefícios e **40** processos relativos a assuntos previdenciários diversos.

#### 6.3.3.1 - Remanescentes de Goiás

Dando sequência ao levantamento realizado no setor, acerca dos processos relativos aos segurados Remanescentes de Goiás, cujas certidões de tempo de contribuição necessitam de revisão por parte do regime de previdência competente, constatou-se a existência de **552** processos, dos quais, uma parte se encontra aguardando manifestação do INSS, a fim de atender o disposto nos Memorandos Circulares Conjuntos nºs 19 e 20 /DIRBEN/PFE/INSS, de 19 de maio de 2015, já a outra parte se encontra aguardando reanálise deste Instituto, haja vista que a CTC/INSS revisada já foi emitida.

Após as providências necessárias, os processos serão encaminhados para efetivação das eventuais compensações previdenciárias, caso sejam devidas.

#### 6.3.3.2 Revisão de Benefícios

Em relação aos processos de revisão de benefícios, foram deferidos e encaminhados à Gerência de Folha de Pagamento **1.037**, desses, **144** referem-se ao complemento do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica, em cumprimento ao disposto no art. 5º, parágrafo único, da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008. No exercício de 2018 o piso vigente foi de **R\$ 2.455,35**.

sendo este o valor do benefício pago aos profissionais da educação absorvidos pelo piso nacional, após a revisão feita pelo Instituto.

Em cumprimento à demanda judicial, foram autuados, analisados, revisados e atendidos na Folha de Pagamento cerca de **124** processos, destes, **23** são de Concessão e **101** Revisão de Benefício, dentre os quais 79 são relativos a reenquadramento da Polícia Civil.

Foram sobrestados **231** processos de Revisão de Reserva Remunerada, até a manifestação jurídica da Douta Procuradoria Geral do Estado, acerca do reajuste estabelecido por meio da Lei nº 2.884/2014, de 24 de junho de 2014, conforme consulta formulada pela Assessoria Jurídica deste Instituto, cuja manifestação daquela Especializada terá efeito *erga omnes* após análise do Processo **2017/24830/001450**.

#### 6.3.3.3 - Emissão de certidões e atividades diversas

Para subsídio a outros processos, o Instituto emitiu **477** certidões positiva/negativa de averbação, para demonstrar o período utilizado na aposentadoria. Daquele montante, **377** certidões foram emitidas para viabilizar a revisão das Certidões de tempo de contribuição dos servidores remanescentes de Goiás, junto ao INSS e ao GOIÁSPREV, em cumprimento aos Memorandos Circulares Conjuntos nº 19 e 20 /DIRBEN/PFE/INSS, de 19 de maio de 2015.

Além disso, também foram emitidas **43** certidões objetivando contato com o segurado/requerente, solicitando documentação/manifestação para complementar a instrução do processo em tramitação no Instituto.

#### 6.3.4- Pagamento de Inativos e Pensionistas

O número de segurados do RPPS-TO incluídos em folha de pagamento, no comparativo de dez/2017 com dez/2018, aumentou em **7,64%** (**967 segurados**), passando de **12.652** para **13.623** segurados, por outro lado, o valor da folha de pagamento aumentou **17,80%**, passando de **R\$ 75.602.329,36** para **R\$ 89.055.807,94**, totalizando ao final do exercício a importância de **R\$ 1.068.467.168,48** com pagamento de proventos e pensões. Comparando o total de desembolso total no ano de 2018 com o exercício de 2017, verifica-se um aumento na ordem de **20%**, ou seja, um acréscimo de cerca de **R\$ 178,05** milhões.

Destacam-se como principais causas para esses aumentos, além do crescimento vegetativo da folha, os seguintes reajustes que foram aplicados em 2018 para o Executivo, conforme Medida Provisória nº 2, de 16 de maio de 2018;

- ✓ Em maio, foi aplicado o reajuste para os servidores do Executivo, no índice percentual de **3,98703%**, apurado pelo período de maio de

2016 a abril de 2017. Tal percentual foi implementado em etapas, sendo a primeira em maio com índice de **1,32901%**. Em julho, a segunda etapa com percentual de **1,32901%**, e a terceira etapa em setembro com percentual de **1.27717%**;

- ✓ Em novembro/18, reajuste da data base 2017/2018 no percentual de **1,69104%**.

Também foi aplicado o reajuste do salário mínimo (**1,81%**) e do piso nacional do magistério (**6,81%**), concedidos pelo Governo Federal no mês de Janeiro/2018.

Em agosto, foi aplicado o reajuste aos servidores do Ministério Público Estadual, através da Lei nº 3.376, de 24 de julho de 2018, do Tribunal de Contas do Estado, através das Leis nºs 3.374 e 3.375, de 24 de julho de 2018, do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, através da Lei nº 3.373, de 24 de julho de 2018, da Assembleia Legislativa do Estado, através da Lei nº 3.372 de julho de 2018, no percentual de **2,07%**. Para a Defensória Pública não houve reajuste, por não terem segurados que fossem reajustados pela paridade nos referidos cargos.

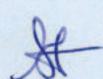
Ambas as Leis, tiveram sua aplicação retroativa a maio de 2018, tendo sido efetuado o pagamento do retroativo no mês de agosto, para os segurados atingidos pela paridade.

Ainda no mês de agosto, foi aplicado através da Lei nº 3.396, de 31 de julho de 2018, publicado no Diário Oficial nº 5.166, o reajuste para os benefícios reajustados pelo índice (RGPS) **2,07%**, retroativo a janeiro de 2018, implementados na folha de pagamento do mês de agosto.

Importante frisar que esses desembolsos seriam superiores caso não houvesse ocorrido o bloqueio de cerca de **100 segurados** que tiveram seus benefícios suspensos em função do não recadastramento junto ao Instituto. Além disso, há que se lembrar que não estão computados os valores de segurados que, apesar de terem sido desbloqueados em Dezembro/18, seus retroativos só serão pagos na folha de janeiro/19.

Outro ponto que está impactando de forma significativa nos valores da folha são os processos judiciais com concessões de evoluções/progressões funcionais com datas retroativas.

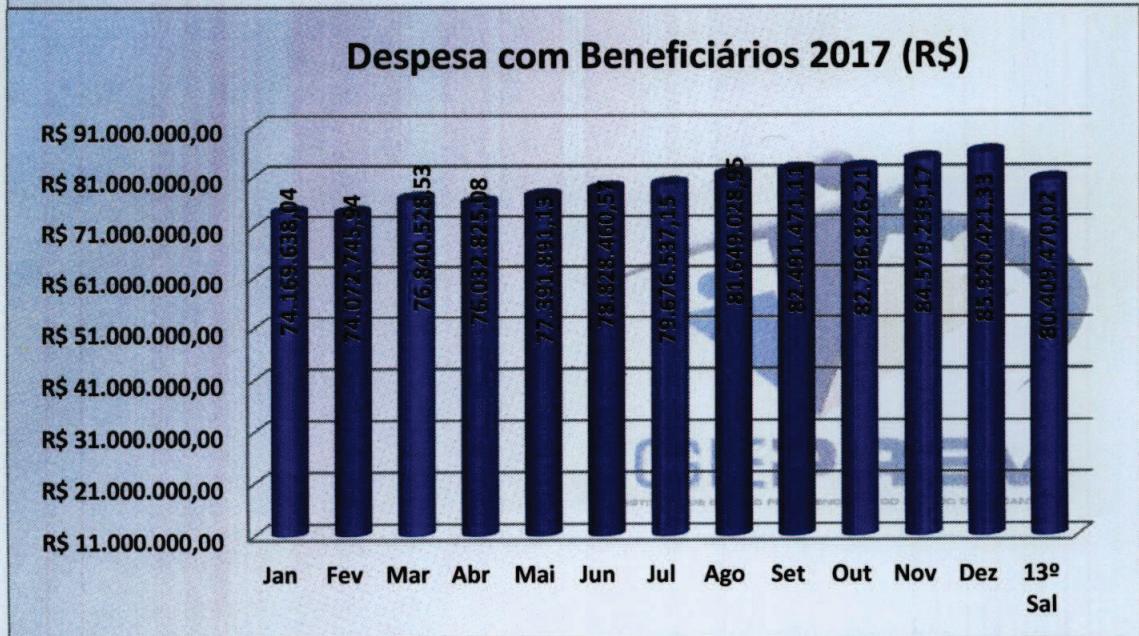
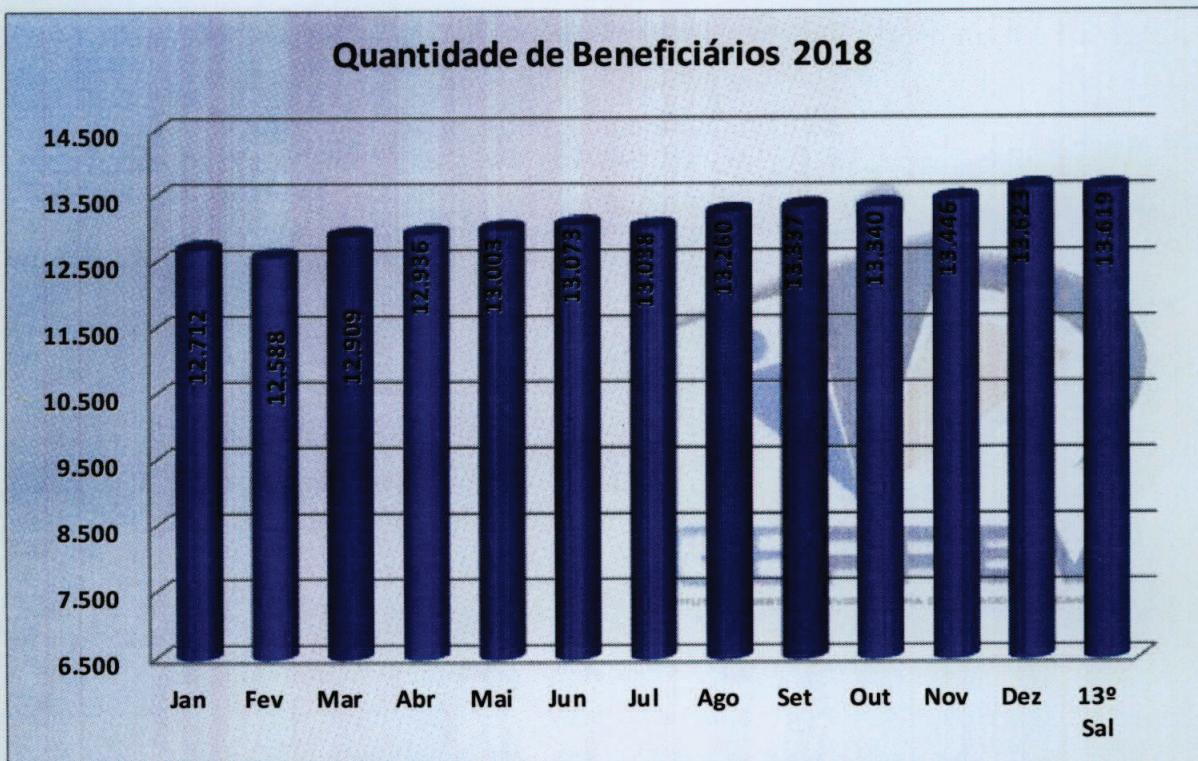
A seguir, os quadros demonstrativos mensais com a evolução mensal do comportamento do número de segurados e os valores dos benefícios:



MÊS	QUANTIDADE BENEFÍCIOS	VALOR BENEFÍCIOS (R\$)
Dez/17	12.652	73.458.482,38
<b>ANO DE 2018</b>		
Jan	12.671	74.169.638,04
Fev	12.588	74.072.745,94
Mar	12.909	76.840.528,53
Abr	12.936	76.032.825,08
Mai	13.003	77.391.891,13
Jun	13.073	78.828.460,57
Jul	13.038	79.676.537,15
Ago	13.260	81.649.028,95
Set	13.337	82.491.471,11
Out	13.340	82.796.826,21
Nov	13.446	84.579.239,17
Dez	13.623	85.920.421,33
13º	13.620	80.409.470,02
<b>Total</b>	<b>13.623</b>	<b>1.034.859.083,23</b>

TABELA QUANTIDADE BENEFICIARIOS			TABELA DESPESA COM BENEFICIARIOS			
Mês	QTD APOSENT	QTD PENSION	TOTAL	VLR PAGO APOSENTADOS (R\$)	VLR PAGO PENSIONISTA (R\$)	TOTAL (R\$)
Dez/17	10.756	1.896	12.652	66.346.634,10	7.111.848,28	73.458.482,38
<b>ANO DE 2018</b>						
Jan	10.814	1.898	12.712	66.545.263,26	7.624.374,78	74.169.638,04
Fev	10.753	1.835	12.588	66.545.301,34	7.527.444,60	74.072.745,94
Mar	11.004	1.905	12.909	68.822.076,23	8.018.452,30	76.840.528,53
Abr	11.044	1.892	12.936	68.254.672,38	7.778.152,70	76.032.825,08
Mai	11.114	1.889	13.003	69.727.695,88	7.664.195,25	77.391.891,13
Jun	11.184	1.889	13.073	70.637.676,51	8.190.784,06	78.828.460,57
Jul	11.159	1.879	13.038	71.996.975,70	7.679.561,45	79.676.537,15
Ago	11.398	1.862	13.260	73.204.110,45	8.444.918,50	81.649.028,95
Set	11.455	1.882	13.337	74.445.023,79	8.046.447,32	82.491.471,11
Out	11.449	1.891	13.340	74.545.970,72	8.250.855,49	82.796.826,21
Nov	11.554	1.892	13.446	76.277.067,52	8.302.171,65	84.579.239,17
Dez	11.709	1.914	13.623	77.621.109,30	8.299.312,03	85.920.421,33
13º	11.708	1.912	13.620	72.700.074,33	7.709.395,69	80.409.470,02
<b>Total</b>	<b>11.709</b>	<b>1.914</b>	<b>13.623</b>	<b>931.323.071,41</b>	<b>103.536.065,82</b>	<b>1.034.859.083,23</b>

QUANTITATIVO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS 2018							
Categoria	Inativos	Valor	Pensionista	Valor	Total Segurado	Total 13º Salário	Acumulado no Ano
Civil	10.163	53.290.487,88	1.541	5.921.762,32	11.704	47.782.292,66	931.323.071,41
Militar	1.546	24.330.621,42	373	2.377.549,71	1.919	24.917.781,67	103.536.065,82
<b>Total</b>	<b>11.709</b>	<b>77.621.109,30</b>	<b>1.914</b>	<b>8.299.312,03</b>	<b>13.623</b>	<b>72.700.074,33</b>	<b>1.034.859.083,23</b>



### 6.3.5 – Compensação Previdenciária com o Regime Geral de Previdência Social/INSS

A compensação previdenciária consiste no ajuste de contas entre o **Regime de Origem (RO)** e o **Regime Instituidor (RI)** do benefício previdenciário (Aposentadoria e Pensão por Morte decorrente de Aposentadoria), resultando em créditos para o IGEPREV-TOCANTINS. A operacionalização da compensação previdenciária entre o RGPS/INSS e o RPPS/TO é feita pelo Sistema de Compensação Previdenciária (COMPREV), disponibilizado pelo Ministério da Fazenda/Secretaria de Políticas de Previdência Social, e tem por finalidade a manutenção do equilíbrio financeiro do regime instituidor do benefício.

**Regime de Origem (RO)** – É o regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria, ou tenha gerado pensão para seus dependentes, e para o qual houve contribuições referentes à Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição – CTS/CTC emitidas na forma da lei de contagem recíproca e que foram efetivamente utilizadas para a concessão de benefícios pelo Regime Instituidor do benefício.

**Regime Instituidor (RI)** – É o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento do benefício de aposentadoria, ou pensão dela decorrente, ao segurado ou aos seus dependentes, com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.

No Exercício de 2018, o IGEPREV-TOCANTINS teve um **saldo positivo de mais de R\$ 10 milhões no Sistema de Compensação**, registrando um crescimento de 286,65% nos valores recebidos, em comparação com o ano anterior.

Esse saldo foi possível devido ao esforço da equipe em operacionalizar com rapidez e eficiência o cadastro dos processos que possibilitam a compensação, em sintonia com o realinhamento deliberado pela Diretoria Executiva visando à priorização dos recebíveis.

Mês	Processos RO/INSS	Valor (RO)	Processos RI/RPPS	Valor (RI)	Saldo
Janeiro <sup>(1)</sup>	1.090	301.237,07	202	68.913,62	232.323,45
Fevereiro	1.088	300.965,64	199	68.069,46	232.896,18
Março <sup>(2)</sup>	1.095	555.775,14	200	68.969,79	486.805,35
Abril	1.092	302.542,55	200	-	302.542,55
Maio <sup>(3)</sup>	1.097	-	200	-	-
Junho	1.093	-	200	-	-
Julho	1.092	-	200	-	-
Agosto	1.092	-	200	-	-
Setembro <sup>(4)</sup>	1.107	2.239.987,86	200	-	2.239.987,86

Outubro <sup>(5)</sup>	1.126	655.076,06	200	-	655.076,06
Novembro <sup>(5)</sup>	1.125	675.514,15	2	-	675.514,15
Dezembro	1.125	311.359,15	-	-	311.359,15
<b>Total RO</b>		<b>5.342.457,62</b>	<b>Total RI</b>	<b>205.952,87</b>	<b>5.136.504,75</b>

- (1) Nesta competência, também foi repassado ao Igeprev o valor de R\$ 748.925,54 referente ao pagamento do Estoque.  
 (2) Na competência abril/2018 não houve a compensação com o RI, devido Índice de Proporcionalidade RI >RO, RI está com o pagamento bloqueado. Também foi repassado ao IGEPEV o valor de R\$ 569.352,15, referente ao pagamento do estoque.  
 (3) Nas competências maio a agosto de 2018 não houve compensação como RO devido o CRP vencido/bloqueado, nem com o RI, devido Índice de Proporcionalidade RI >RO – RI e RO com pagamento bloqueado.  
 (4) Nesta competência, devido o desbloqueio do CRP, foram pagos os valores acumulados referentes aos meses de maio a agosto e o pró-rata do mês de setembro/2018. Não houve a compensação com o RI, devido ao bloqueio pelo índice de proporcionalidade.  
 (5) Não houve compensação com o RI devido ao bloqueio pelo índice de proporcionalidade.

### 6.3.6 – Procedimentos de Auditoria

A Gerência de Perícia e Auditória têm com funções principais: a análise dos documentos relacionados aos benefícios concedidos, antes de serem enviados ao Tribunal de Contas do Estado; a juntada de documentos nos processos que retornam do TCE, além de cadastramento dos mesmos nos sistemas EPREV, SISPREV WEB e SGD, antes de serem encaminhados para o arquivamento ou compensação previdenciária; o envio de processos digitalizados ao Controle Interno para que seja feita a transmissão de dados pelo SICAP; os procedimentos gerais relacionados aos benefícios supostamente irregulares (denúncias/fraudes).

No ano de 2018, foram auditados cerca de 2.400 processos, dentre os quais se destacam 2.100 enviados ao Tribunal de Contas do Estado - TCE, para julgamento e registro, conforme determina o art. 67, da Lei nº 1614/2005.

Outro ponto relevante no processo de auditoria foram as análises dos processos oriundos de denúncia ou suspeita de fraudes na obtenção de benefícios do IGEPEV. Foram analisados cerca de 20 processos provenientes de denúncias anônimas ou das informações obtidas no recadastramento. Destes, foram detectados 8 processos que não faziam mais jus ao benefício, por terem perdido a condição de beneficiário do IGEPEV, em sua maioria por convolação de novas núpcias ou união estável. Este procedimento permitiu que o Instituto economizasse seus recursos previdenciários ao longo do tempo.

Temos ainda 12 processos que ainda se encontram em análise para comprovação dos fatos, bem como o contraditório e ampla defesa dos envolvidos para posterior decisão.

Alguns processos foram encaminhados para arquivamento por não se materializar as irregularidades denunciadas.



Outro ponto que merece destaque é a celebração de um acordo de cooperação entre a Secretaria de Segurança Pública e este Instituto com o intuito de investigar casos de denúncias de eventuais fraudes previdenciárias. Esse acordo certamente ajudará na celeridade de processos com eventuais indícios de irregularidades, visto que a SSP tem um excelente “no hall” nos processos investigativos.

Quanto aos processos destinados à compensação previdenciária, foram analisados e encaminhados cerca de **1.100** processos passíveis de compensação à Gerência de Receitas Previdenciárias do IGEPREV, para que procedessem as providencias necessária. Para esses processos foram emitidos e anexados o contra cheque, resolução emitida pelo Tribunal de Contas do Estado, ficha cadastral e o despacho de encaminhamento. Ainda falta enviar para a compensação cerca de **1.000** processos que estão em fase de anexação das Resoluções do TCE e as auditorias necessárias. Os outros **300** processos, não serão enviados ao TCE, por se tratarem de processos dispensados de tal procedimento, conforme legislação em vigor.

Foram emitidos cerca de **1.680** ofícios destinados ao Regime Geral da Previdência Social e também a outros Regimes Próprios de Previdência Social, informando da utilização do tempo especificado em cada CTC – Certidão de Tempo de Contribuição.

Foram analisados e encaminhados para o arquivo do Instituto, cerca de **760** processos, em sua maioria revisões, isenção de imposto de renda, abono ou revisão de abono, entre outros.

#### **6.4 – GESTÃO DE INVESTIMENTOS**

A gestão dos investimentos do IGEPREV-TOCANTINS é feita pela Diretoria de Investimentos do Instituto, com o assessoramento técnico do Comitê de Investimentos, seguindo as diretrizes da Política de Investimentos aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, dentro dos limites e exigências da Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, com as alterações dadas pela Resolução CMN nº 4.604, de 19 de outubro de 2017 e Resolução CMN nº 4.695 de 27 de novembro de 2018, e as orientações da Portaria MPS nº 519, 24 de agosto de 2011.

##### **6.4.1 – Aplicações de Recursos Novos**

No exercício de 2018 não houve excedente de receita proveniente das contribuições previdenciárias, as receitas arrecadadas foram utilizadas integralmente para pagamento da folha de beneficiários do Regime Próprio de Previdência do Estado



do Tocantins e realização das despesas administrativas que mantêm o funcionamento do Instituto.

#### 6.4.2 – Realocações de Recursos

Não houve realocações na Carteira de Investimentos no ano de 2018, devido às incertezas no cenário político/econômico, conforme abaixo explicitado e também porque a orientação das instituições financeiras ao analisar a Carteira do Instituto foi para que se mantivesse sua posição, por estar bem posicionada e ter fundos com posições protetivas, que minimizariam possíveis perdas ocasionadas por cenário político incerto, com relação ao pleito eleitoral.

O ano de 2018 foi marcado por uma recuperação lenta da economia brasileira, pelo desemprego ainda elevado e pelo crescimento da informalidade.

A inflação, por sua vez, permaneceu controlada, mas a disparada dos preços da gasolina e do diesel pesaram no bolso do brasileiro e no custo dos transportes. E foi um dos fatores que motivaram a greve dos caminhoneiros, que paralisou o país por 11 dias no final de maio, afetando a produção, o consumo e o PIB de 2018.

Os dias de greve fizeram com que a economia do país se retráisse. Dados do Ministério da Fazenda apontam que a greve custou ao país cerca de R\$ 15 bilhões, que significam 0,2% do PIB brasileiro.

A greve dos caminhoneiros, apesar de travar o país no fim de maio, não é considerada como a única responsável pela lenta recuperação econômica do Brasil. Diversas outras incertezas externas como a guerra comercial travada entre a China e os EUA, a indecisão acerca da saída do Reino Unido do bloco da União Europeia e as tensões que envolveram o processo eleitoral no Brasil acabaram por reduzir ainda mais as expectativas de crescimento do PIB brasileiro.

Nos mercados, o dólar chegou a bater R\$ 4,19, nova máxima histórica, em meio a incerteza da corrida eleitoral, mas encerrou o ano ao redor de R\$ 3,90, em meio às expectativas de uma agenda mais liberal e pró-mercado com a chegada do novo presidente eleito.

Já o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, renovou máximas históricas no começo de dezembro, mas terminou 2018 pressionado pelas preocupações com a desaceleração da economia mundial em meio a um cenário de tensão comercial entre Estados Unidos e China.

Ao longo de 2018, as expectativas de crescimento foram sendo gradativamente reduzidas. No início do ano, os analistas consultados pelo relatório Focus, do Banco Central, esperavam um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)

próximo de 3%. As expectativas foram piorando com a economia mostrando um ritmo mais fraco do que o esperado, sobretudo, pela incerteza com o futuro político do país e qual seria a agenda econômica adotada pelo novo governo. A greve dos caminhoneiros também contribuiu para a piora da previsão de crescimento da economia no ano, que recuou para 1,3%.

Considerando as variações ocorridas na economia do ano de 2018, visto que os esforços do Governo Federal voltaram-se para a recuperação da confiança na economia nacional, com aprovação de reformas a tempos necessárias e adoção de medidas voltadas a conter a inflação, com a queda acentuada da taxa Selic, liberação do saque ao FGTS para aumentar do poder de compra do consumidor, leve recuperação do mercado de trabalho e melhora do PIB brasileiro, ainda assim o mercado financeiro sofreu impactos consideráveis, provocados principalmente pelos acontecimentos ligados ao cenário político do país.

Tais acontecimentos influenciaram nas tomadas de decisões relacionadas às realocações de recursos na Carteira de Investimentos do IGEPREV, visto que Política de Investimentos 2018 se manteve seguindo parâmetros de proteção da Carteira de Investimentos, com características de atuação conservadora e total empenho da gestão em manter o patamar de rendimentos em compatibilidade com a meta atuarial estipulada.

#### **6.4.3 – Composição da Carteira de Investimentos**

A Carteira de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS, posição em dezembro/2018, possui recursos investidos no montante de R\$ 3.851.922.431,21 (3 bilhões, oitocentos e cinquenta e um milhões, novecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e vinte e um centavos). Deste montante, R\$ 3.202.488.833,97 (três bilhões, duzentos e dois milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e noventa e sete centavos) são considerados investimentos adequados e saudáveis (Investimentos Saudáveis – IS), uma vez que estão aplicados em cotas de fundos de investimentos sob gestão de instituições sólidas, de primeira linha e bem ranqueadas, que apresentaram rentabilidade líquida de R\$ 312.036.315,88 (trezentos e doze milhões, trinta e seis mil, trezentos e quinze reais e oitenta e oito centavos).

O restante, ou seja, o valor de R\$ 649.433.597,24 (seiscentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), aplicados em fundos de solidez duvidosa e/ou sem liquidez (Investimentos Estressados – IE), os quais ocasionaram deságio de - R\$ 83.859.405,00 (oitenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e Nove mil, quatrocentos e cinco reais) no ano.



A tabela abaixo demonstra a composição da Carteira de Investimentos do Instituto e os respectivos segmentos de investimentos existentes:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS			DEZ/18
GESTOR	ADM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
TN	TN	NTN-B	635.671.335,84
BB	BB	BB PREVIDENCIARIO RF IRF-M TP FI	142.678.331,55
		BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL FICFI	157.824.916,74
		BB PREVIDENCIARIO RF IDKA 2	389.446.914,63
		BB PREVIDENCIARIO IFR-M1	394.593.980,42
		BB PREVIDENCIARIO RF TP IPCA II	18.198.996,64
		BB PREVIDENCIARIO RF ALOCAÇÃO ATIVA	85.066.214,83
		BB AÇÕES DIVIDENDOS FIC FI	41.433.928,50
		<b>TOTAL</b>	<b>1.229.243.283,31</b>
CEF	CEF	CAIXA FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO	32.510.696,52
		CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF	730.986.530,52
		CAIXA FI BRASIL IMA-B 5 TP RF LP	60.922.044,08
		CAIXA FI BRASIL IDK 2A RF LP	202.804.184,92
		FI BRASIL 2024 IV TP RF	32.584.935,34
		FI BRASIL 2020 IV TP RF	100.555.920,00
		FI BRASIL 2020 V TP RF ag 2525	31.158.168,00
		CAIXA SMALL CAPS ATIVO	27.806.768,32
		<b>TOTAL</b>	<b>1.219.329.247,70</b>
RB CAPITAL	VOTORATIM	RB CAPITAL RENDA - FII	3.635.374,68
BRB	BRB	BRB RF 2023	17.443.282,73
SAFRA	SAFRA	SAFRA EXECUTIVE 2 FI RF	2.643.955,12
		SAFRA IMA	6.001.931,39
		SAFRA SMALL CAPS AÇÕES	5.432.650,76
		<b>TOTAL</b>	<b>14.078.537,27</b>
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO INST. FIC FI RF IMA-B 5	7.593.300,90
		BRADESCO FIA DIVIDENDOS	18.555.554,97
		<b>TOTAL</b>	<b>26.148.855,87</b>
ITAÚ	ITAÚ	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF	5.107.808,51
		ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF II	3.487.244,19
		ITAU AÇÕES PHOENIX	12.257.567,62
		ITAU FOF RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO	11.304.286,90
		<b>TOTAL</b>	<b>32.156.907,22</b>
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER IMA-B 5 TP RF	4.790.258,87
		SANTANDER FIC FI TOP AÇÕES	17.616.703,52



		<b>TOTAL</b>	<b>22.406.962,39</b>
SICOOB	SICOOB	SICOOB PREVIDENCIARIO FI RENDA FIXA IMA-B	<b>2.375.046,96</b>
<b>SUB-TOTAL</b>			<b>3.202.488.833,97</b>
<b>FUNDOS ESTRESSADOS</b>			
GESTOR	ADM	ESPECIFICAÇÃO	SALDO ATUAL
BRIDGE	GRADUAL	LEME IMA-B FI RF PREVIDENCIÁRIO	15.071.663,52
	GRADUAL	LEME MULTISETORIAL IPCA FIDC	10.367.356,45
	ELITE	GOLDEN TULIP BH FII - BR HOTEIS	43.065.582,47
	CEF	INCENTIVO FI REFERENCIADO CDI CP	1.612.948,32
	BRIDGE	TOWER BRIDGE RF FI IMA-B 5	22.428.275,17
	BRIDGE	TOWER BRIDGE II RF FI IMA-B 5	6.862.799,46
		<b>TOTAL</b>	<b>99.408.625,39</b>
B. PLURAL	G.FUTURO	FIDC MULTISETORIAL BVA MASTER	767.352,62
	BRIDGE	ECO HEDGE FIM CP LP	1.023.149,26
		<b>TOTAL</b>	<b>-255.798,64</b>
BRPP	GRADUAL	FIDC TREND BANK BANCO DE FOMENTO	433.805,76
	MELLON	ADINVEST TOP FI RF	7.255.539,91
	MELLON	VITÓRIA RÉGIA FI RF LP	16.982.435,79
	SANTANDER	BBIF MASTER FIDC LP	1.869.157,99
		<b>TOTAL</b>	<b>26.540.939,45</b>
BRB	BRB	FII SIA CORPORATE	<b>9.786.636,96</b>
AQ3 ASSET	FOCO DTVM	AQUILLA FII	37.014.291,61
	FOCO DTVM	AQUILLA RENDA FII	10.872.004,80
		<b>TOTAL</b>	<b>47.886.296,41</b>
INFRA	PLANNER	INFRA REAL ESTATE FII	24.477.381,28
	GRADUAL	INFRA SANEAMENTO FIP	83.199.869,37
		<b>TOTAL</b>	<b>107.677.250,65</b>
ATICO	MELLON	ÁTICO FLORESTAL FIP	9.807.305,35
	GRADUAL	ÁTICO RENDA FII	4.045.097,42
		<b>TOTAL</b>	<b>13.852.402,77</b>
GRADUAL	GRADUAL	INCENTIVO FIDC MULTISETORIAL II	12.849.621,87
ROMA	RJI	FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LSH	14.391.994,40
ROMA	FOCO DTVM	CONQUEST FIP	14.202.694,68
CADEBAL	CADEBAL	FI EM PARTICIPAÇÕES FP2	303.092.931,30
<b>SUB-TOTAL</b>			<b>649.433.597,24</b>



TOTAL GERAL	3.851.922.431,21
-------------	------------------

#### 6.4.4 – Rentabilidade da Carteira de Investimentos

Os quadros abaixo demonstram a rentabilidade da Carteira de Investimentos no ano de 2018, de forma consolidada, e o comparativo com a Meta Atuarial estabelecida pela Política Anual de Investimentos.



### MAPA DE RENTABILIDADE 2018

FUNDOS	ACUM.	TMA DO PERÍODO DE APLICAÇÃO	% DA TMA
<b>CARTEIRA</b>	<b>6,86%</b>	<b>9,92%</b>	<b>69,15%</b>
<b>INVESTIMENTOS SAUDÁVEIS - IS</b>	<b>9,95%</b>	<b>9,92%</b>	<b>100,30%</b>
TÍTULOS PÚBLICOS PRÉ-FIXADOS - NTN-B	17,53%	9,92%	176,77%
BB PERVIDENCIARIO RF PERFIL FICFI	6,28%	9,92%	63,31%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M TP FI	10,53%	9,92%	106,24%
BB PREVI IDKA 2	9,22%	9,92%	93,01%
BB PREVIDENCIARIO RF TP IPCA II	9,31%	9,92%	93,92%
BB PREVIDENCIARIO RF TP IX	5,66%	7,96%	71,06%
BB PREVIDENCIARIO RF TP XII	5,68%	7,96%	71,33%
BB PREVIDENCIARIO IRF-M 1 FIC	6,75%	9,92%	68,12%
BB PREVI. RF ALOCAÇÃO ATIVA FICFI	9,90%	9,92%	99,89%
BB AÇÕES DIVIDENDOS FIC FI	17,05%	9,92%	171,93%
BRADESCO INST. FIC. FI RF IMA-B 5	9,62%	9,92%	97,05%
BRADESCO FIA DIVIDENDOS	21,17%	9,92%	213,55%
BRB RF 2023	9,77%	9,92%	98,55%
CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI LP	6,23%	9,92%	62,84%
CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF	6,77%	9,92%	68,24%
CAIXA FI BRASIL IMA-B 5 TP RF LP	9,67%	9,92%	97,50%
CAICA FI BRASIL IDKA IPCA 2A FR LP	9,30%	9,92%	93,82%
CAIXA FI BRASIL 2024 IV TP RF	11,82%	9,92%	119,22%
CAIXA FI BRASIL 2020 IV TP RF	9,07%	9,92%	91,49%
CAIXAFI BRASIL 2020 V TP RF	9,05%	9,92%	91,29%
CAIXA SMALL CAPS ATIVO	5,01%	9,92%	50,52%
ITAU ALOCAÇÃO DINÂMICA	8,22%	9,92%	82,89%
ITAU ALOCAÇÃO DINÂMICA II	8,23%	9,92%	83,03%
ITAU AÇÕES PHOENIX	26,02%	9,92%	262,41%
ITAU FOF RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO	16,10%	9,92%	162,37%
SANTANDER IMA-B 5 TP RF	9,65%	9,92%	97,29%
SANTANDER FIC FI TOP AÇÕES	14,95%	9,92%	150,76%
SAFRA EXECUTIVE 2 FI RF	7,16%	9,92%	72,26%
SAFRA IMA	14,48%	9,92%	146,08%
SAFRA SMALL CAPS AÇÕES	5,78%	9,92%	58,33%
SICOOB PREV. FI RF IMA-B	11,79%	9,92%	118,90%
RB CAPITAL II - FI IMOBILIÁRIO	22,21%	9,92%	223,95%

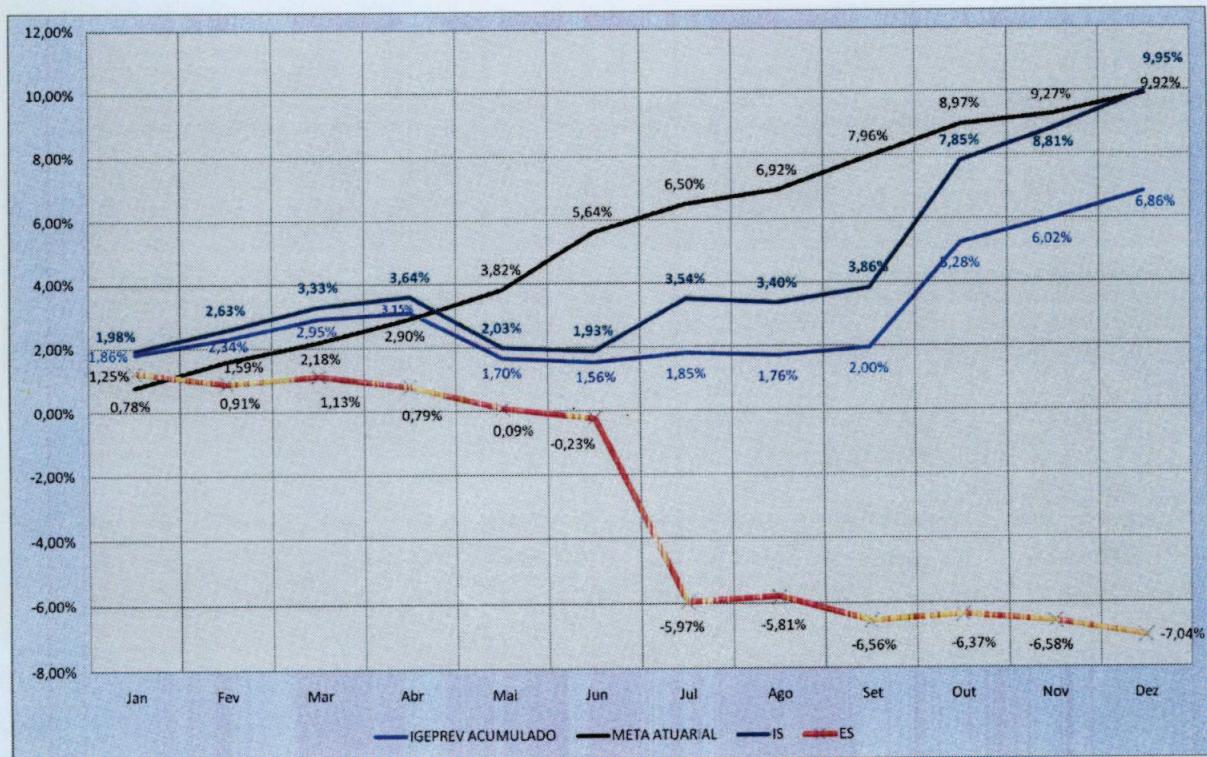
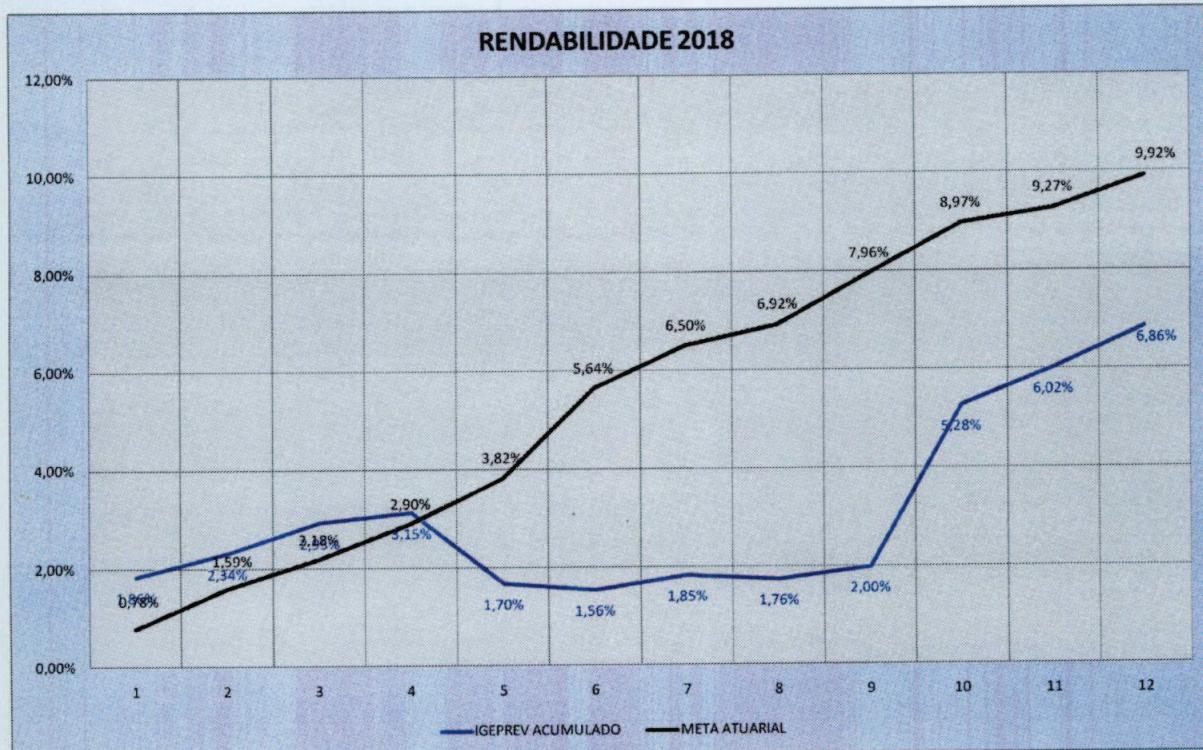


INVESTIMENTOS ESTRESSADOS - IE	-7,04%	9,92%	-70,97%
ÁQUILLA FII	-7,70%	9,92%	-77,62%
ÁQUILLA RENDA FII	-5,02%	9,92%	-50,65%
ÁTICO FLORESTAL - FIP	-0,76%	9,92%	-7,68%
ÁTICO RENDA FII (FII HAZ)	15,44%	9,92%	155,70%
VITÓRIA RÉGIA FI RF LONGO PRAZO	-13,19%	9,92%	-133,07%
ADINVEST TOP FI RF	-21,06%	9,92%	-212,43%
ECO HEDGE FIM CP LP	-100,00%	9,92%	-1008,54%
BBIF MASTER FIDC LP	-30,91%	9,92%	-311,71%
FIDC TREND BANK BANCO DE FOMENTO	-67,43%	9,92%	-680,11%
BVA MASTER SENIOR	-68,22%	9,92%	-688,01%
FII SIA CORPORATE	-2,12%	9,92%	-21,41%
LEME IMA-B FI RF PREVIDENCIÁRIO	-20,87%	9,92%	-210,52%
LEME MULTISETORIAL IPCA FIDC	1128,39%	9,92%	11380,30%
INCENTIVO FI REFERENCIADO CDI CP	-2,11%	9,92%	-21,32%
GOLDEN TULIP BH (BR HOTEIS)	3,54%	9,92%	35,74%
TOWER BRIDGE RF FI IMA-B 5	-17,91%	9,92%	-180,66%
TOWER BRIDGE II RF FI IMA-B 5	-11,41%	9,92%	-115,10%
FP2 FIP	-0,12%	9,92%	-1,23%
FIP EM PARTICIPAÇÕES LSH	-73,38%	9,92%	-740,05%
CONQUEST FIP	-0,43%	9,92%	-4,33%
INCENTIVO FIDC MULTISETORIAL II	58,94%	9,92%	594,48%
INFRA SANEAMENTO FIP (INFRA SETORIAL)	-2,09%	9,92%	-21,08%
INFRA REAL ESTATE FII	1,76%	9,92%	17,73%
PATRIARCA PRIVATE EQUITY FIP	2,17%	6,92%	31,31%
TOTEM FI RF II	-2,74%	9,27%	-29,57%

Importante destacar que o resultado geral da carteira em 2018 ficou acima do de 2017, onde foi alcançado aproximadamente 33% da meta, já em 2018 o percentual de alcance foi de quase 70%, sendo que considerando apenas os **investimentos saudáveis - IS** a carteira atingiu 100% da meta atuarial, como pode ser observado na tabela acima ou no gráfico a seguir:



### Carteira de Investimentos x Meta Atuarial



ITEM	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
IGEPREV ACUMULADO	1,86%	2,34%	2,95%	3,15%	1,70%	1,56%	1,85%	1,76%	2,00%	5,28%	6,02%	6,86%
META ATUARIAL	0,78%	1,59%	2,18%	2,90%	3,82%	5,64%	6,50%	6,92%	7,96%	8,97%	9,27%	9,92%
IS	1,98%	2,63%	3,33%	3,64%	2,03%	1,93%	3,54%	3,40%	3,86%	7,85%	8,81%	9,95%
ES	1,25%	0,91%	1,13%	0,79%	0,09%	-0,23%	-5,97%	-5,81%	-6,56%	-6,37%	-6,58%	-7,04%

Observa-se que os Investimentos em Fundos Saudáveis - **IS** tiveram uma boa rentabilidade, de **9,95%** ao final de 2018, mesmo frente a um cenário de redução da Selic e de grandes volatilidades com um ano político cheio de incertezas, por sua vez os Investimentos em Fundos Estressados – **ES** tiveram um desempenho insatisfatório ficando em **-7,04%** puxando a média do ano da carteira como um todo para baixo.

#### 6.4.5 Considerações relevantes:

Em relação ao acompanhamento dos fundos de investimentos, no que tange a participação em assembleias de cotistas de fundos, no ano de 2018 a maior parte das participações se deu por meio de manifestações de voto por escrito, visto que as participações presenciais voltaram-se apenas às assembleias cuja participação exigia a presença do cotista, ou em circunstâncias em que a pauta requeria uma discussão mais aprofundada dos cotistas dos fundos.

#### Participações em assembleias de cotistas:

No ano de 2018, entre Assembleias Gerais de Cotistas – AGC's ordinárias ou extraordinária, Consultas Formais e Visitas técnicas, o Igeprev/TO foi convocado a participar de 67 eventos.

- O Instituto participou de 54 delas
  - sempre que possível, 42 vezes, por meio eletrônico/escrito a fim de evitar custos; e
    - 12 presenciais).
  - Entre as 13 ausências destacamos que:
    - em 6 delas estávamos no período da cassação de governo e não tivemos autorização para custos com passagens, sendo que as AGC's não permitiam voto escrito/eletrônico;
      - em 2 houve falha no acesso a conexão da audioconferencia;
      - em 2 se tratavam de fundos saudáveis e não necessitavam da participação do IGEPREV/TO;
      - em 2 houve equívoco na comunicação quanto a AGC; e



- em 1 só permitia a participação presencial, mas como se tratava apenas de eleição de substituto do administrador e não ter ninguém para indicar, o Instituto deliberou pela não participação.

Mês	Não participamos	Participação presencial	Participação escrita/eletrônica	Total
Janeiro	2	-	2	4
Fevereiro	1	-	2	3
Março	1	1	3	5
Abril	5	-	2	7
Maio	2	1	3	6
Junho	1	2	6	9
Julho	-	1	4	5
Agosto	-	3	4	7
Setembro	-	-	4	4
Outubro	-	1	3	4
Novembro	1	3	1	5
Dezembro	-	-	8	8
<b>Total no ano</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>42</b>	<b>67</b>

Nas Assembleias presenciais o Instituto sempre esteve representado por gerentes e/ou diretor de investimentos e, em três delas pelo presidente do Instituto, na maioria das vezes acompanhados de um técnico jurídico da área jurídica, visto que grande parte dos fundos, cujas assembleias exigiam participação presencial, correspondiam a fundos considerados estressados ou desenquadrados.

Como estratégia na adoção de medidas para a recuperação dos fundos considerados estressados e desenquadrados, a gestão continua a exigir relatórios mensais dos gestores dos fundos estressados para viabilizar o melhor acompanhamento da performance dos ativos e demais acontecimentos ligados aos fundos, elegendo junto com os demais cotistas gestores especializados em recuperação de crédito.

#### Alterações ocorridas na Resolução CMN nº 3.922/2010

Em 27 de novembro de 2018, o Conselho Monetário Nacional - CMN publicou a Resolução CMN nº 4.695 que alterou a Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



Em 19 de outubro de 2017, o Conselho Monetário Nacional - CMN publicou a Resolução CMN nº 4.604 que altera a Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

As alterações ocorridas na Resolução CMN nº 3.922/2010 foram no sentido de introduzir, dentre outros pontos, critérios relacionados aos prestadores de serviço que podem administrar ou gerir fundos de investimentos nos quais os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS podem aplicar seus recursos.

As alterações ocorridas na Resolução CMN nº 3.922/2010 foram para aperfeiçoar a norma e adequar a gestão de ativos dos RPPS às melhores práticas de investimentos, com incremento à austeridade, transparência e segurança nas aplicações dos recursos.

Em referência ao disposto na nova redação conferida ao artigo 15 da referida Resolução, que dispõe que os RPPS somente poderão aplicar seus recursos em fundos de investimentos em que figurarem, como administradora ou gestora, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil **obrigadas** a instituir **comitê de auditoria e comitê de riscos**, nos termos da Resolução CMN nº 3.198, de 2004, e nº 4557, de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores imobiliários (nos termos da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015).

## **7 – RESULTADO DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS**

O Instituto não possui nenhuma renúncia de receita, tampouco medidas de compensação que demandem informações sobre o acompanhamento, fiscalização e avaliação de projetos.

## **8 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS**

A legislação previdenciária não permite transferência de recursos para outro órgão ou entidade de qualquer natureza, a não ser os provenientes de compensação entre regimes, uma vez que os recursos provenientes das contribuições previdenciárias possuem finalidade exclusiva, que é o pagamento dos benefícios previdenciários e despesas administrativas.



## 9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No exercício de 2018 a gestão do RPPS do Estado do Tocantins foi pautada nos princípios aplicados à legislação previdenciária e às normas que regem a administração pública em geral.

Apesar da conjuntura política ter sido muito conturbada no exercício em análise, devido a cassação do governador e realização de três pleitos eleitorais, foi possível obter bons resultados como os demonstrados no contexto deste relatório.

O aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho e a busca constante da qualidade dos serviços prestados foram objetivos norteadores das ações realizadas ao longo do ano.

Com esses objetivos foi possível alcançar maior celeridade na concessão dos benefícios, melhorar a segurança das informações por meio da reestruturação física do setor de informática, especialmente na parte elétrica, bem assim a participação ativa nas decisões que podem permitir a recuperação dos recursos, ou parte dele, que estão aplicados em fundos de investimentos temerários.

Mesmo diante da grande inadimplência no repasse das contribuições previdenciárias, apesar das reiteradas cobranças aos respectivos responsáveis, foi possível manter o pagamento dos benefícios em dia e sem atraso.

Diante dessas considerações apresentamos o resultado da gestão dos recursos previdenciários para que seja submetida aos órgãos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização deste RPPS, bem como à Controladoria Geral e ao Tribunal de Contas do Estado.



**SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA**  
Presidente